#24
Já há quem cobice o lugar de João Lourenço. Por cá, o chefe de Estado angolano tem perdido influência.

#23
Dionísio Pestana é dono do maior grupo hoteleiro do país. Tem visto o negócio crescer à boleia de CR7.

negócios

negocios.pt

Quarta-feira, 14 de agosto de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5303 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

CAMILO LOURENÇO
Caso BES: alguma coisa está mal no processo penal
OPINIÃO 26

PEDRO OLIVEIRA
Qual é o seu índice de maturidade para a IA?
OPINIÃO 27

Última reforma do IRS agravou desigualdades

Medida do OE visava aliviar rendimentos mais baixos. Contas da Comissão Europeia mostram que escalões mais altos saíram beneficiados. ECONOMIA 12 e 13

Concentração de empresas bate recorde de uma década

Indústrias transformadoras, comércio e reparação de veículos entre as áreas que mais "mexeram". Nove em cada dez operações tiveram luz verde da Concorrência.

EMPRESAS 18

TAP ainda está abaixo da pandemia em passageiros transportados

Companhia tem crescido, mas concorrentes Ryanair e Easyjet já voltaram à procura pré-covid.

EMPRESAS 16 e 17

Miguel Baltazar

SUSTENTABILIDADE 20|30

Novas regras europeias para a desflorestação preocupam negócios

SUSTENTABILIDADE 20 e 21

Financiamento

Dívida portuguesa troca menos de mãos em 2023

MERCADOS 22 e 23

Automóveis

Paragem da Autoeuropa afunda produção em julho

HOME PAGE 2

HOME PAGE

Pedro Catarino

Paragem na Autoeuropa afunda produção em julho

Desde 2017 que Portugal não produzia tão poucos veículos automóveis num mês de julho.

A modernização da fábrica da Volkswagen em Palmela para que possa produzir um novo modelo levou a que saíssem da Autoeuropa menos 10 mil unidades do T-Roc do que em julho de 2023.

PEDRO CURVELO
pedrocurvelo@negocios.pt

A produção automóvel em Portugal caiu 32,7% em julho face a igual mês do ano passado, indicou ontem a Associação Automóvel de Portugal (ACAP).

As 18.008 unidades que saíram das linhas de produção no mês passado são o pior registo para um mês de julho desde 2017, ficando mesmo abaixo de 2020 e 2021, anos marcados pela pandemia da covid-19.

Este foi o terceiro mês consecutivo de decréscimo homólogo no volume de produção, após as quedas de 21,5% em maio e de 13,7% em junho. Assim, o número de veículos produzidos nos primeiros sete meses estão já 6% abaixo dos valores do ano passado, isto depois de no arranque de 2024 estarem em linha com os números registados em 2019, ano em que Portugal alcançou uma produção recorde.

Agora, comparando com o ritmo de produção em 2019 a desvantagem é já de 6,7%, o que equivale a pouco mais de 14 mil unidades.

Paragem da Autoeuropa derruba volume

A paragem de 13 dias da Volkswagen Autoeuropa, a maior fábrica do país e responsável por cerca de 75% do total de veículos produzidos, foi o principal fator para a forte quebra na produção automóvel em julho.

A Autoeuropa parou durante 13 dias em julho. Em junho tinha parado oito dias.

A fábrica de Palmela já tinha suspendido a produção em junho durante oito dias e agora parou ainda mais tempo para a adaptação das instalações para a produção de novos modelos.

A Autoeuropa apenas fabricou 8.051 unidades do SUV T-Roc no mês passado, uma quebra homóloga de 55,3%, o que corresponde a praticamente menos 10 mil veículos do que os valores registados um ano antes.

Desta forma, a unidade industrial de Palmela, que tinha sido a única a aumentar a produção no primeiro semestre face à primeira metade de 2023, passa agora a ter um saldo negativo na comparação. Com 140.670 unidades, a Autoeuropa regista um volume 5,5% inferior ao dos primeiros sete meses de 2023.

A limitar a quebra na produção automóvel nacional esteve a Stellantis de Mangualde, segunda maior fábrica do setor, que conseguiu fazer crescer em 25,8% o número de veículos fabricados em julho, para 9.028 viaturas. Ainda assim, a fábrica do distrito de Viseu – que aponta a um recorde absoluto de produção este ano – encontra-se 3,7%, ou cerca de duas mil unidades, abaixo dos valores dos primeiros sete meses de 2023.

Nas outras fábricas, a Mitsubishi Fuso, no Tramagal, registou uma quebra de 55,4% em julho, enquanto a Toyota Caetano aumentou a produção em 4,3% e a CaetanoBus produziu menos um autocarro do que em julho do ano passado. ■

DIA

AÇÃO

HelloFresh dispara em bolsa com resultados acima do esperado

A cotada liderada por Dominik Richter anunciou que está a cortar custos.

A empresa que entrega "kits" de refeição HelloFresh chegou a escalar 23% – a maior subida desde 2019 – tendo fechado o dia a "aliviar", com uma subida de 17% para 6,30 euros. A cotada reportou lucros antes de juros, impostos, amortizações e depreciações (EBITDA) de 146,4 milhões de euros no segundo trimestre, superando as expectativas. Anunciou ainda que está a cortar custos e a avaliar as despesas de capital. ■

16,93%

Variação este ano: **-55,97%**
Valor em bolsa:
1.091,1 milhões de euros

FRASE

"Parece muito provável que o comissário polaco obtenha uma pasta-chave, que seria o orçamento europeu.

DONALD TUSK
Primeiro-ministro polaco

FOTO

Aos 70 anos, Sakis Morfis perdeu quase tudo

A tristeza e o olhar distante de Sakis Morfis, de 70 anos, são uma forma de fugir ao confronto com a crueldade do fogo. Em Vrilissia, nos arredores de Atenas, Sakis Morfis foi um dos muitos que perderam a casa no pior incêndio florestal do ano na Grécia. "Uma chama enorme apareceu por trás e tudo se derreteu num minuto", confessou à televisão Sky News.

Fotografia: Stelios Misinas / Reuters

NÚMERO

A Mobi.E lançou um concurso para instalar 156 postos de carregamento de veículos elétricos em 62 municípios.

EDITORIAL

DIANA RAMOS
Diretora
dianaramos@negocios.pt

O logro do IRS

O país e os políticos foram a banhos e preparam-se para regressar à truculência do dia a dia parlamentar, prontos a discutir a quem vão distribuir o próximo quinhão. Tudo numa lógica teatral de quem faz mais pelo próximo, acusando o opositor, de olhos postos na narrativa que melhor garanta os interesses do partido junto do eleitorado.

Será para isso que vão servir as rentrées políticas e seria de estranhar que os temas quentes da estação outono/inverno não viessem à tona no discurso dos líderes partidários. Dos rendimentos à saúde, o natural é que o tom siga para a dramatização da importância de aprovar o Orçamento do Estado, desenhando o quadro de quem está a fazer o melhor para satisfazer as populações e quem está a ser travão da mudança.

Ainda assim, antes de entrarmos no próximo capítulo, regressemos à tensa discussão parlamentar de junho quando a abstenção do Chega viabilizou a proposta de redução do IRS dos socialistas, enfiando as alterações do Governo na gaveta. Nessa altura, o tom político oscilava entre o PS que beneficiava os rendimentos mais baixos e a AD que ajustava os escalões até rendimentos mais elevados, favorecendo uma "minoria". Pelo meio, a eterna discussão sobre o que é a classe média.

Há por aí partidos responsáveis dispostos a discutir o futuro?

As contas de Bruxelas que o Negócios lhe traz nesta edição deixam claro que as mudanças no IRS introduzidas pelo anterior Executivo – e que tiveram sempre como alvo os rendimentos mais baixos – criaram afinal ainda mais desigualdade. Palavras da Comissão Europeia. Com a reforma do IRS de 2023, o rendimento disponível aumentou mais nos decis mais elevados, isto porque há uma boa parte dos portugueses dependentes de pensões ou apoios sociais que acabam por não sentir o efeito das alterações fiscais.

O problema reside aqui mesmo: há demasiados portugueses com rendimentos tão baixos que, por mais mudanças introduzidas nos escalões, pouco de significativo veem acontecer no seu rendimento disponível. E isto leva-nos a uma segunda conclusão: que a discussão de junho sobre quem apoiava mais que tipo de portugueses não passou de um logro.

Há duas mudanças cruciais que devem ser discutidas de forma séria pelos partidos: a primeira, uma estratégia duradoura que permita pagar melhores salários; a segunda, uma verdadeira reforma do IRS que traga estabilidade e simplicidade ao sistema, hoje uma manta de retalhos. Há por aí partidos responsáveis dispostos a isso? ■

#24 João **Lourenço**

João Lourenço tem sido vítima de uma conjuntura adversa que penalizou a economia angolana. No plano interno, teima em usar o silêncio como arma política, mas já há quem publicamente cobice o seu lugar. Em Portugal, a sua influência vai diminuindo.

BILHETE DE IDENTIDADE

● **Cargo:** Presidente da República Angola ● **Naturalidade:** Nasceu no Lobito a 5 de março de 1954 ● **Formação:** Mestre em Ciências Históricas pela Academia Superior Lenine, na extinta URSS ● **Outros cargos:** Ministro das Obras Públicas entre 2014 e 2017. É general de três estrelas, na reserva, das Forças Armadas Angolanas.

Andrew Caballero/Reuters

OS MAIS PODEROSOS **2024**

PORQUE DESCE

O processo de desinvestimento de Angola em Portugal tem sido crescente e isso diminui a capacidade de influência do país. João Lourenço tem apostado em manter as participações da Sonangol na Galp e no BCP, sendo que esta última assume particular relevância política, levando em consideração a estrutura acionista do banco. Embora sem responsabilidade direta, o Presidente angolano é também penalizado por uma conjuntura adversa que tem colocado a economia do país a marcar passo.

TABELA DE CRITÉRIOS

Critério	Classificação
Poder da fortuna	★☆☆☆☆
Rede empresarial	★★★★☆
Influência política	★★★★☆
Influência mediática	★★★★☆
Perenidade	★★★☆☆

CELSO FILIPE
cfilipe@negocios.pt
DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt

Será que João Lourenço vai respeitar a Constituição, cumprir os dois mandatos e sair de cena no decurso das eleições gerais que se irão realizar em Angola em 2027? O facto de a pergunta ficar sem resposta revela a forma silenciosa como o poder se exerce em Angola. São poucos, muito poucos mesmo, os que se podem gabar de conhecer os planos políticos de João Lourenço (JLo). Esta circunstância é, em si mesma, uma peça preponderante na engrenagem visto que condiciona os seus adversários internos.

Ainda assim, João Lourenço foi confrontado este ano com uma absoluta novidade política. Higino Carneiro, general tal como ele, ex-ministro das Obras Públicas (2001-2010) e antigo governador das províncias de Luanda e do Cuando-Cubango, assumiu a vontade de ser o cabeça da lista do MPLA no ato eleitoral de 2027. "É necessário que o comité central defina os passos para que surjam candidaturas. Havendo essa oportunidade, estarei na linha da frente", disse o próprio em entrevista à rádio Correio da Kianda, em junho deste ano. Higino Carneiro defendeu a necessidade de "mudanças" no MPLA o que, implicitamente, constitui uma crítica à liderança do partido protagonizada por JLo.

No seu perfil oficial gabam-lhe os dotes de xadrezista e é com os predicados deste jogo que João Lourenço vai governando. Observa pacientemente as manobras dos muitos intervenientes e reserva para si a última palavra. Como o faz muito raramente, a expectativa dissemina-se e acaba por se transformar numa arma paralisante. No Palácio da Cidade Alta, residência oficial do Presidente da República, o "chefe" é reverenciado. Os "bajus" (palavra muito usada pelos angolanos pera identificar os bajuladores) pululam à sua volta e, não raras vezes, contribuem para que JLo tenha uma versão distorcida da realidade na medida em que só transmitem aquilo que presumem que o Presidente quer ouvir.

Na lista dos "Mais Poderosos", João Lourenço tem vindo a perder posições. A influência eco-

Os "bajus" pululam à sua volta e, não raras vezes, contribuem para que JLo tenha uma visão distorcida da realidade.

Continua na pág. 7

OS MAIS PODEROSOS **2024**

24 JOÃO LOURENÇO

No círculo mais próximo de Lourenço encontram-se figuras como Edeltrudes Costa, Fernando Miala e José Ferreira Tavares.

TEIA DE INFLUÊNCIA

Luís Fernando
O secretário para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República filtra toda a informação que chega à Cidade Alta e tem acesso a João Lourenço.

Marcelo Rebelo de Sousa
A natureza das funções aproxima-os. O Presidente português é próximo de JLo e conversa regularmente com a mulher deste, Ana Dias Lourenço.

Ana Dias Lourenço
A primeira dama não é uma figura meramente decorativa. Pelo contrário, aconselha o Presidente em matérias económicas e tem um peso institucional que é reconhecido.

José Ferreira Tavares
Este general reformado, formalmente, não tem funções na Cidade Alta, mas é visto com uma espécie de "cardeal Richelieu" tal a influência que tem junto do Presidente.

Luís Montenegro
O primeiro-ministro português já foi a Luanda garantir que as boas relações entre os Estados são uma constante dos governos nacionais, qualquer que seja a sua cor política.

Fernando Miala
O general que lidera o SINSE, o órgão de segurança do Estado, conhece todos os segredos do aparelho do Estado assim como as debilidades dos protagonistas. É fundamental para Lourenço.

Minoru Dondo
Empresário brasileiro que se tornou acionista minoritário da Mota-Engil Angola era próximo de Eduardo dos Santos. Agora parece ter entrado no círculo de poder de João Lourenço.

Ricardo Viegas de Abreu
O ministro dos Transportes de Angola tem a seu cargo alguns dos investimentos mais relevantes do país e, também por isso, está próximo de JLo.

Álvaro Sobrinho
O antigo presidente do BESA já foi um proscrito do regime, mas diz-se agora que tem mantido uma rota de aproximação ao novo poder para cair nas graças de João Lourenço.

António Cunha Vaz
A Presidência da República de Angola utiliza desde há muito os serviços do consultor de comunicação português. A longevidade da relação é sinal de que o serviço satisfaz.

José Lima Massano
O ministro da Coordenação Económica é um dos preferidos de João Lourenço e esta circunstância é perfeitamente visível no destaque que tem no seio do Governo.

Isaac dos Anjos
O atual secretário do Presidente da República para o setor produtivo é visto por João Lourenço como um dos potenciais candidatos à sua sucessão. Verdade ou intriga, só o tempo o dirá.

Francisco Furtado
Divide com Fernando Miala a supervisão dos serviços de segurança. Enquanto ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança, é uma espécie de emanação de João Lourenço.

Hélder Pitta Groz
O procurador-geral da República tem cumprido fielmente a estratégia definida por João de Lourenço de combate à corrupção, mas falta-lhe o maior "prémio", deter Isabel dos Santos.

Edeltrudes Costa
O ministro e diretor do Gabinete do Presidente da República é um dos homens mais poderosos no Palácio da Cidade Alta. Tudo passa por ele e nada se passa sem que ele saiba ou venha a saber.

Nelson Carrinho
O grupo angolano Carrinho está menos fulgurante do ponto de vista mediático, mas afirmou-se durante o consulado de Lourenço, em setores como o alimentar e a banca.

Manuel Couto Alves
O presidente do grupo MCA, com sede em Guimarães, tem ganhado contratos públicos vultuosos em Angola, por exemplo, nas áreas da energia e da rodovia. A sua presença é forte.

Continuação da pág. 5

nómica de Angola sobre Portugal decrescesse, sobrando as posições que a Sonangol possui na Galp e no BCP. Ainda assim a petrolífera portuguesa cortou o cordão com a sua congénere angolana vendendo todas as participações que tinha neste país.

O Atlântico Europa vai ser vendido aos chineses do Well Link Group e o BNI Europa está à procura de compradores.

O Atlântico Europa, banco de capitais angolanos com sede em Lisboa, vai ser vendido aos chineses do Well Link Group e o BNI Europa, detido pelo BNI Angola, está à procura de um comprador depois de os brasileiros do Banco Master terem retirado a sua proposta. Em paralelo, Álvaro Sobrinho conduziu a empresa gráfica Printer Portuguesa para a insolvência. O empresário angolano, polémico pelo seu envolvimento no colapso do Banco Espírito Santo Angola (BESA) do qual foi presidente, aproximou-se nos últimos anos de JLo. Em julho, Álvaro Sobrinho ficou a saber que vai ser julgado em Portugal no âmbito do processo BESA, acusado de 18 crimes de abuso de confiança e cinco de branqueamento de capitais.

Mota-Engil e MCA em alta

A compra do Jornal Económico, em julho de 2022, e a criação da "holding" Media9Par, protagonizada por N'Gunu Tiny, foi o único investimento relevante realizado por angolanos em Portugal. A Media9Par é igualmente detentora dos direitos de publicação das revistas Forbes Portugal e Forbes África Lusófona.

Em sentido contrário, há duas empresas nacionais que têm conquistado relevância no decurso do consulado de JLo. A Mota-Engil, envolvida na reabilitação do corredor ferroviário do Lobito, e o grupo MCA, fundado por Manuel Couto Alves, o qual tem a seu cargo a construção de 48 minirredes solares em Angola, um projeto avaliado em 1,3 mil milhões de euros. A par disso há que ter em conta a perenidade da Teixeira Duarte, que em Angola opera nas áreas da construção, concessões e serviços, imobiliário, hotelaria, distribuição e automóvel, e a Casais, envolvida em várias obras, entre as quais a construção da basílica do santuário da Muxima. No setor bancário, o BPI, agora pertencente aos espanhóis do Caixabank, já decidiu vender a posição de 48,1% no Banco de Fomento Angola (BFA), estando apenas à espera de uma valorização do kwanza para concretizar a operação.

No plano discursivo mantêm-se as promessas de amor eterno. "Apoiámo-nos mutuamente nos bons momentos e maus momentos de Angola e de Portugal e é assim que a nossa relação vai continuar", declarou João Lourenço durante a visita de Luís Montenegro a Angola, realizada entre 23 e 27 de julho. JLo acrescentou que todas as empresas portuguesas são bem-vindas em Angola e que também há interesse em que as empresas angolanas cresçam e se internacionalizem passando por Portugal. Em boa verdade, na atual conjuntura, Angola precisa mais de investimento português do que Portugal de capital angolano.

Apesar dos elogios públicos e mútuos entre os governos dos dois países, Angola identificou um novo "irritante" materializado no facto de a justiça portuguesa ainda não ter entregado as participações empresariais de Isabel dos Santos que foram arrestadas em 2020. A irritação tem vindo a ganhar corpo dado que o caso da empresária constitui uma das bandeiras da governação de João Lourenço e a recuperação dos bens possui uma forte carga política.

O divórcio na Omatapalo

Outro imbróglio por resolver é o da saída do português Carlos Alves da estrutura acionista da construtora Omatapalo. O divórcio com o parceiro angolano, Luís Nunes, governador de Benguela, já foi consumado, mas Carlos Alves continua sem receber o pagamento da posição que vendeu.

João Lourenço tem sido confrontado com uma situação económica adversa, mas no plano internacional foi ganhando pontos, sobretudo devido à aproximação aos Estados Unidos e às tentativas de diminuir a dependência face à China. O combate à corrupção é uma marca de água da sua narrativa política, mas esta tem registado alguns revezes, sobretudo devido às más práticas apontadas ao sistema judicial. "Não houve reformas para garantir que tenhamos um governo ao serviço da população", resumiu o ativista Rafael Marques, numa entrevista à rádio Voz da América, em maio deste ano.

Todavia, é igualmente verdade que a pandemia de covid-19, a queda do preço do petróleo e a guerra na Ucrânia, colocaram dificuldades adicionais ao Governo de JLo, sobretudo no que toca à captação de investimento estrangeiro, essencial para criar riqueza. Apesar de todos os obstáculos, Angola continua a ser um país com grande capacidade de atração dos portugueses, seja para fazer negócios ou simplesmente para trabalhar. E este poder, tal como os diamantes, aparenta ser eterno. ■

UMA NOVA DESCIDA

Evolução no "ranking" dos "Mais Poderosos"

Os interesses económicos angolanos em Portugal estão a ser cada vez mais pequenos e isso reflete-se no lugar ocupado por João Lourenço na lista dos "Mais Poderosos".

Fonte: Negócios

O ADMIRÁVEL MUNDO DA IA

ELIEZER YUDKOWSKY
Especialista em IA

> **De longe, o maior perigo da inteligência artificial é que as pessoas concluam cedo demais que a compreendem.**

"O Poder de Fazer Acontecer", a conferência anual do Negócios realizada no âmbito de Os Mais Poderosos, será dedicada ao tema da inteligência artificial.

CRITÉRIOS

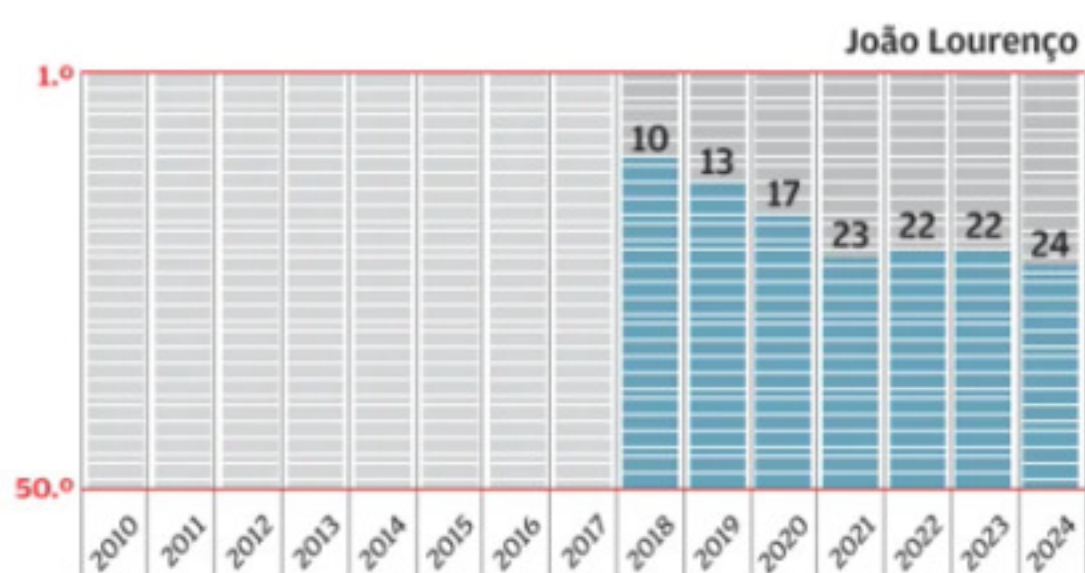
O "ranking" dos Mais Poderosos da economia portuguesa foi estabelecido com base em cinco grandes critérios – poder da fortuna, poder financeiro, influência política, influência mediática e perenidade, sendo que cada individualidade foi pontuada de 1 a 5 em cada um deles. A partir da soma ponderada das pontuações o Negócios fixa a tabela final dos 50 Mais Poderosos.

O PODER DA FORTUNA
O "poder da fortuna" avalia a riqueza levando em conta também as dívidas, ou seja, releva a situação líquida (ativos e passivos).

O PODER FINANCEIRO
No poder financeiro olha-se para o poder através das empresas em que, direta ou indiretamente, se tem influência como acionista ou como gestor. As empresas são mais ou menos relevantes em função da sua dimensão, do seu setor e das redes que estabelecem e o impacto que têm noutras.

A INFLUÊNCIA POLÍTICA
É medido, neste critério, o poder de influenciar ou de participar em decisões políticas – seja do poder executivo, legislativo ou partidário – com impacto decisivo na economia, nas empresas, nos negócios e na Administração Pública.

A INFLUÊNCIA MEDIÁTICA
Olha para o poder de condicionar a agenda mediática, através da audiência, capacidade de influenciar a comunicação social ou de mobilização de meios.

PERENIDADE
Neste ponto evidencia-se a temporalidade do poder que pode ser mais perene e independente de ciclos, sejam eles políticos, económicos ou da vida empresarial.

#23 Dionísio **Pestana**

É dele o maior grupo hoteleiro em Portugal. Fez da Madeira, terra dos pais, o seu ponto de partida para a construção de um império com 108 hotéis em quatro continentes. Mais recentemente, alargou o negócio à área de imobiliário e fortaleceu a parceria com CR7.

BILHETE DE IDENTIDADE

- **Cargo:** Presidente do grupo Pestana
- **Naturalidade:** Nasceu em Joanesburgo, na África do Sul, em abril de 1952.
- **Formação:** Licenciatura em Business Economics pela Universidade de Natal, na África do Sul.

João Cortesão

OS MAIS PODEROSOS **2024**

PORQUE SOBE

Portugal nunca recebeu tantos turistas como agora, e os grupos hoteleiros, em particular o maior – grupo Pestana – têm beneficiado com o crescimento a duplo dígito da atividade. Dionísio Pestana sobe no "ranking" pelo poder que hoje o turismo tem no país, mas também pelo maior peso no imobiliário. Depois da concretização dos projetos em Troia e na Comporta, a expansão do grupo nesta área de negócio prossegue em Porto Covo.

TABELA DE CRITÉRIOS

Critério	Avaliação
Poder da fortuna	★★☆☆☆
Rede empresarial	★★★★☆
Influência política	★★★★☆
Influência mediática	★★★☆☆
Perenidade	★★★★☆

SARA RIBEIRO
sararibeiro@negocios.pt
DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt

De uma unidade na Madeira, terra dos pais, Dionísio Pestana fez nascer em cinco décadas mais de 100 hotéis. Uma proeza que atribui à equipa que corre ao lado dele, apontando que "sozinho não era possível". Uma aposta de sucesso que recentemente foi alargada ao imobiliário, investimento que viria a ser a boia de salvação durante o período da pandemia, e que hoje representa quase 20% das receitas.

É o maior grupo hoteleiro português e o nome Pestana é incontornável quando se fala de turismo em Portugal. Desde 2015 ganhou ainda mais força com a parceria com Cristiano Ronaldo. E à boleia da união ao jogador de futebol está a preparar a entrada no 17.º mercado.

Depois do Funchal, Lisboa, Nova Iorque, Madrid e Marraquexe, o sexto hotel da parceria entre o grupo Pestana e o craque português vai nascer em Paris. Com conclusão prevista para 2027 e um investimento de 60 milhões de euros, este será o maior Pestana CR7 Lifestyle Hotels e a primeira unidade hoteleira do grupo em França.

A parceria com Cristiano Ronaldo, que tem ajudado a cimentar os resultados da empresa, foi também alargada ao imobiliário. Um desses negócios foi notícia este ano, mas não pelos melhores motivos.

Um dos investimentos na lista da investigação de suspeitas de corrupção na Madeira foi precisamente o projeto na praia Formosa, onde está a ser construído o primeiro projeto imobiliário que resulta da parceria entre o Pestana e Cristiano Ronaldo, através da sociedade Pestana CR7.

Ao Negócios, José Theotónio, CEO do grupo, assegurou que as suspeitas que ligam o Grupo Pestana e o seu administrador Paulo Prada às investigações judiciais relativamente aos negócios entre o Grupo AFA e o Governo Regional da Madeira não beliscaram ou fizeram ferida na operação. "Não sentimos nada, estamos a crescer", reforçou o braço-direito e homem de total confiança de Dionísio Pestana.

Em 2015, o Pestana fechou uma parceria com Cristiano Ronaldo para a construção de hotéis, que foi alargada para a área de imobiliário.

Continua na pág. 11

OS MAIS PODEROSOS **2024**

23 DIONÍSIO PESTANA

Em 2023, o lucro recorrente do grupo aumentou 30% para 105 milhões de euros. Imobiliário representou 17% do total dos proveitos.

TEIA DE INFLUÊNCIA

Cristiano Ronaldo
A parceria entre o craque português e o grupo Pestana foi alargada à área do imobiliário. A relação entre os dois é de confiança e mútuo respeito.

José Theotónio
Escolhido para ser o homem à frente do negócio hoteleiro, como presidente executivo, José Theotónio é um amigo de longa data de Dionísio Pestana.

Pedro Machado
O novo secretário de Estado do Turismo tem sido elogiado pelo setor, pela abertura a ouvir os operadores e, principalmente, por ter experiência na área.

Verónica Soares Franco
É a administradora responsável pela área de Recursos Humanos do grupo hoteleiro que tem cerca de 5 mil trabalhadores a nível global.

José Roquette
Foi um dos protagonistas do ambicioso plano de expansão hoteleira do grupo português e faz parte do círculo de pessoas de confiança do empresário nascido na África do Sul.

Jorge Rebelo de Almeida
É o presidente da Vila Galé, o segundo maior grupo hoteleiro de Portugal. Apesar da concorrência empresarial, mantêm uma relação cordial.

Luís Araújo
O antigo presidente do Turismo de Portugal, e ex-responsável do Pestana pelo negócio na América Latina, sempre manteve uma boa relação com Dionísio Pestana.

Miguel Albuquerque
O presidente do Governo Regional da Madeira está a ser investigado por alegada corrupção, num processo que também envolve o nome do Grupo Pestana.

Pedro Lopes
O administrador tem sob os seus comandos a gestão das unidades no Algarve, uma das zonas mais representativas para o grupo, principalmente no Verão.

Miguel de Sousa
Lidera, desde a década de 1990, a Empresa de Cervejas da Madeira, que produz a Coral e a Brisa e tem o grupo fundado por Dionísio Pestana como acionista.

Peter Booth
Conheceram-se nos tempos da universidade na África do Sul, onde o empresário nasceu. Na década de 1980, Booth foi convidado para integrar o grupo.

Francisco Calheiros
Além de ser o Presidente da Confederação do Turismo de Portugal, integra o círculo de amigos próximos de Dionísio Pestana.

Cristina Siza Vieira
Sendo a presidente executiva da AHP – Associação da Hotelaria de Portugal – é uma das principais porta-vozes do setor que tem registado receitas recorde.

Cristina Matos
A decoradora de interiores é responsável pela imagem de vários hotéis do grupo e faz parte do círculo de amigos próximos da família Pestana.

Luís Castanheira Lopes
É o administrador responsável pelo pelouro da Sustentabilidade, uma das áreas onde o grupo tem investido fortemente.

António Trindade
O líder do grupo madeirense PortoBay, é outro dos principais concorrentes de Dionísio Pestana. Mas não há rivalidade: os dois mantêm uma relação de amizade.

Continuação da pág. 9

Dionísio Pestana é dono de 110 hotéis em 16 países. Através da parceria com Cristiano Ronaldo, prepara-se para entrar no 17.º.

O grupo fechou 2023 com lucros de 105 milhões de euros, uma queda de 4% face ao ano anterior explicada pela venda do Pestana Blue Alvor. Olhando para os resultados recorrentes, sem o encaixe de 75 milhões com esta operação, aumentaram 30%. Uma "performance" explicada pela melhoria das receitas em 23% para 557 milhões de euros e que colocou a empresa na mira de investidores. Todos os meses o grupo é abordado para vender parte do capital. Uma opção que, para já, continua a não fazer parte dos planos do fundador do grupo.

Como tudo começou

A história da criação do império Pestana começou em 1976, quando Dionísio Pestana, nascido e criado em Joanesburgo, chegou à Madeira para salvar da falência o hotel da família. O desfecho da história é conhecido.

Não só superou o desafio lançado pelo pai, Manuel – estando o antigo Sheraton ainda hoje de portas abertas operando sob a insígnia Carlton Madeira – como alargou a rede de investimentos ao imobiliário, casinos e até à indústria cervejeira, sendo acionista maioritário da Empresa de Cervejas Madeirense, que produz a Coral. Mas é na hotelaria que o seu nome mais se destaca, tendo alavancado o crescimento na década de 80 com o novo conceito (à data) de "timesharing", que consiste em comprar um período de tempo em alojamentos turísticos.

Próximos passos

Para acompanhar o crescimento do turismo a duplo dígito, o grupo tem investido fortemente na abertura de novos hotéis nos últimos anos contando hoje com 110 unidades. Para 2024, além do unidade que inauguraram em Orlando (EUA), não estão previstas novas aberturas. Mas tem em curso outros projetos, como a construção do Pestana Dunas, em Porto Santo, que deverá abrir portas maio de 2025.

O investimento na Madeira é um passo natural para Dionísio Pestana. "A minha vida está muito facilitada tendo a Madeira no mapa dos investimentos", referiu numa das raras intervenções públicas durante o congresso da Associação da Hotelaria de Portugal (AHP), que decorreu este ano no Funchal.

Foi pelas mãos de Dionísio Pestana que o grupo iniciou o seu processo de internacionalização, marcando presença em quatro continentes. Mas segundo o gestor, hoje é mais fácil investir lá fora do que em Portugal. "A velocidade da aprovação dos projetos é completamente diferente", desabafou no evento da AHP. No entanto, garantiu que vão continuar a investir em Portugal. E prova disso é o recente anúncio da construção de um novo empreendimento através do Pestana Residences, marca dedicada ao segmento imobiliário e residencial.

Depois da concretização dos projetos em Troia, na Comporta e nos Brejos da Carregueira, a expansão do grupo prossegue em Porto Covo, com dois novos investimentos: o Pestana Porto Covo Village, em fase de construção e totalmente vendido em menos de um ano, e o futuro Pestana Porto Covo Beach Residences.

Apesar de não ter problemas em delegar, incluindo a gestão dos hotéis, o gestor faz questão de ter sempre uma palavra a dizer nas decisões financeiras. Mesmo quando está de férias, está sempre a trabalhar. Acompanhado do seu bloco de notas aproveita todas as ocasiões para tirar ideias .

Quem trabalha de perto com o empresário lembra que para tornar o negócio mais rentável não se prende ao passado, dando o exemplo do desinvestimento na companhia aérea EuroAtlantic ou encerramento do negócio das agências de viagens. E, como provou quando aceitou o desafio do pai, não tem medo de tarefas difíceis, tendo conseguido ultrapassar o período da pandemia.

O foco no essencial é apontado por quem o conhece como um dos segredos para a expansão do império de hotelaria, e agora de imobiliário, que criou. E ao contrário de 1972, agora o trajeto de Dennis, como era conhecido na África do Sul, é feito em equipa, ao lado dos cerca de 5 mil trabalhadores do grupo a quem atribui grande parte do sucesso. ■

SUBIDA DE UMA POSIÇÃO

Evolução no "ranking" de Os Mais Poderosos

Desde 2013 que Dionísio Pestana marca presença assídua no "ranking". Este ano, subiu um lugar aproximando-se, cada vez mais, do top 20.

Fonte: Negócios

"A minha vida está muito facilitada tendo a Madeira no mapa dos investimentos. [...] Mas a velocidade da aprovação dos projetos é completamente diferente. É mais rápido investir noutros países.

DIONÍSIO PESTANA
Presidente do Grupo Pestana

O ADMIRÁVEL MUNDO DA IA

MAX TEGMARK
Cosmólogo

A inteligência artificial é como o fogo: pode ser uma grande ferramenta, mas também pode ser perigosa se não for controlada.

"O Poder de Fazer Acontecer", a conferência anual do Negócios realizada no âmbito de Os Mais Poderosos, será dedicada ao tema da inteligência artificial.

CLASSIFICAÇÃO 2024

Posição	Nome
1.º	
2.º	
3.º	
4.º	
5.º	
6.º	
7.º	
8.º	
9.º	
10.º	
11.º	
12.º	
13.º	
14.º	
15.º	
16.º	
17.º	
18.º	
19.º	
20.º	
21.º	
22.º	
23.º	Dionísio Pestana
24.º	João Lourenço
25.º	José Luís Arnaut
26.º	Carlos Mota dos Santos
27.º	Luís Marques Mendes
28.º	João Pedro O. Costa
29.º	Pires de Lima
30.º	Miguel Almeida
31.º	Carlos Tavares
32.º	Ana Figueiredo
33.º	Vladimir Putin
34.º	Sam Altman
35.º	Luís Amaral
36.º	António Portela
37.º	Pinto Balsemão
38.º	António Horta Osório
39.º	João Vieira de Almeida
40.º	Rui Miguel Nabeiro
41.º	Pedro Reis
42.º	Ricardo Pires
43.º	José Teixeira
44.º	Leonor Beleza
45.º	Nuno Sebastião
46.º	Joaquim Miranda Sarmento
47.º	José Cardoso Botelho
48.º	Luís Laginha de Sousa
49.º	Carlos Moedas
50.º	Paulo Rangel

ECONOMIA

IMPOSTOS

Reforma de IRS de 2023 afinal aumentou a desigualdade

Orçamento do ano passado previa maiores ganhos nos níveis de rendimento mais baixos. Simulações da Comissão Europeia apontam para que, novamente, tenha acontecido o oposto.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt

A expectativa era a de que o conjunto de alterações no IRS realizadas em Portugal no ano passado trouxesse ganhos relativos maiores entre os rendimentos mais baixos, mas novamente terão sido os escalões de rendimento mais altos os mais beneficiados, segundo simulações da Comissão Europeia do último relatório anual sobre fiscalidade na UE.

Num período em que vários países adotaram medidas fiscais para subir o rendimento disponível das famílias face à forte inflação, a maior fatia de alterações fiscais – 28% do total na UE – incidiu no imposto sobre os rendimentos singulares. Houve ainda 10% das medidas a produzir efeitos sobre o nível de contribuições sociais pagas, indica o levantamento anual da Comissão.

No caso português, destacam-se em 2023 três medidas sob análise de Bruxelas com recurso ao Euromod, o modelo de microssimulação de benefícios fiscais europeu: a atualização dos limites de escalões de IRS em 5,1%; a descida da taxa marginal do segundo escalão de 23% para 21%; a subida do mínimo de existência para 10.640 euros, em linha com o salário mínimo; e ainda o aumento dos limites máximos de isenção do IRS Jovem, definidos em função do indexante de apoios sociais - IAS.

"O Centro de Investigação Comum (da UE) analisou o impacto agregado destas medidas fiscais e concluiu que são regressivas, uma vez que o rendimento disponível por adulto equivalente aumenta mais nos decis mais elevados", reflete o documento agora publicado. Já "o efeito combinado de todas as medidas para os decis de rendimentos mais baixos é relativamente limitado, uma vez que muitos destes agregados dependem de pensões ou de apoios sociais de subsistência, que são menos afetados pela reforma de IRS".

Globalmente, concluí o relatório, o rendimento por adulto equivalente das famílias em Portugal terá beneficiado de um ganho de 0,65% com as mudanças. Mas, na análise que distribui contribuintes por diferentes decis de rendimento, concluiu-se que no topo da distribuição o alívio alcança os 0,87%,

[As medidas são] regressivas, uma vez que o rendimento disponível por adulto equivalente aumenta mais nos decis mais elevados.
COMISSÃO EUROPEIA

sendo que na metade inferior o ganho não vai além de 0,45%.

As simulações de Bruxelas contrastam com aquelas que o anterior Governo incluiu na proposta de Orçamento do Estado para o conjunto de medidas fiscais em IRS de 2023, na qual os ganhos eram maiores entre rendimentos mais baixos (alcançando-se, por exemplo, 8% de melhoria nos rendimentos entre 15 mil e 20 mil euros e não indo além dos 2% a partir de 60 mil euros de rendimento bruto anual. Os cálculos implicavam porém pressupostos diferentes. Desde logo, a análise nacional não teve por base decis da distribuição de rendimentos ou a figura do adulto equivalente, sendo a simulação feita por contribuinte. Foi ainda refletida nos cálculos a reformulação das regras do mínimo de existência – que passou a prever um abatimento inicial ao invés de aplicar-se na liquidação, para deixar de penalizar os rendimentos imediatamente acima dos valores mínimos livres de imposto. Abaixo dos 15 mil euros de rendimento anual os ganhos médios alcançariam, por isso, até 43%.

Apesar das diferenças de análise, apontava-se no sentido de uma progressividade das medidas, que a Comissão Europeia conclui afinal não se verificar. "Consequentemente, o resultado é uma esperada subida marginal no índice de Gini, e uma redução marginal na taxa de risco de pobreza e de exclusão social", indica.

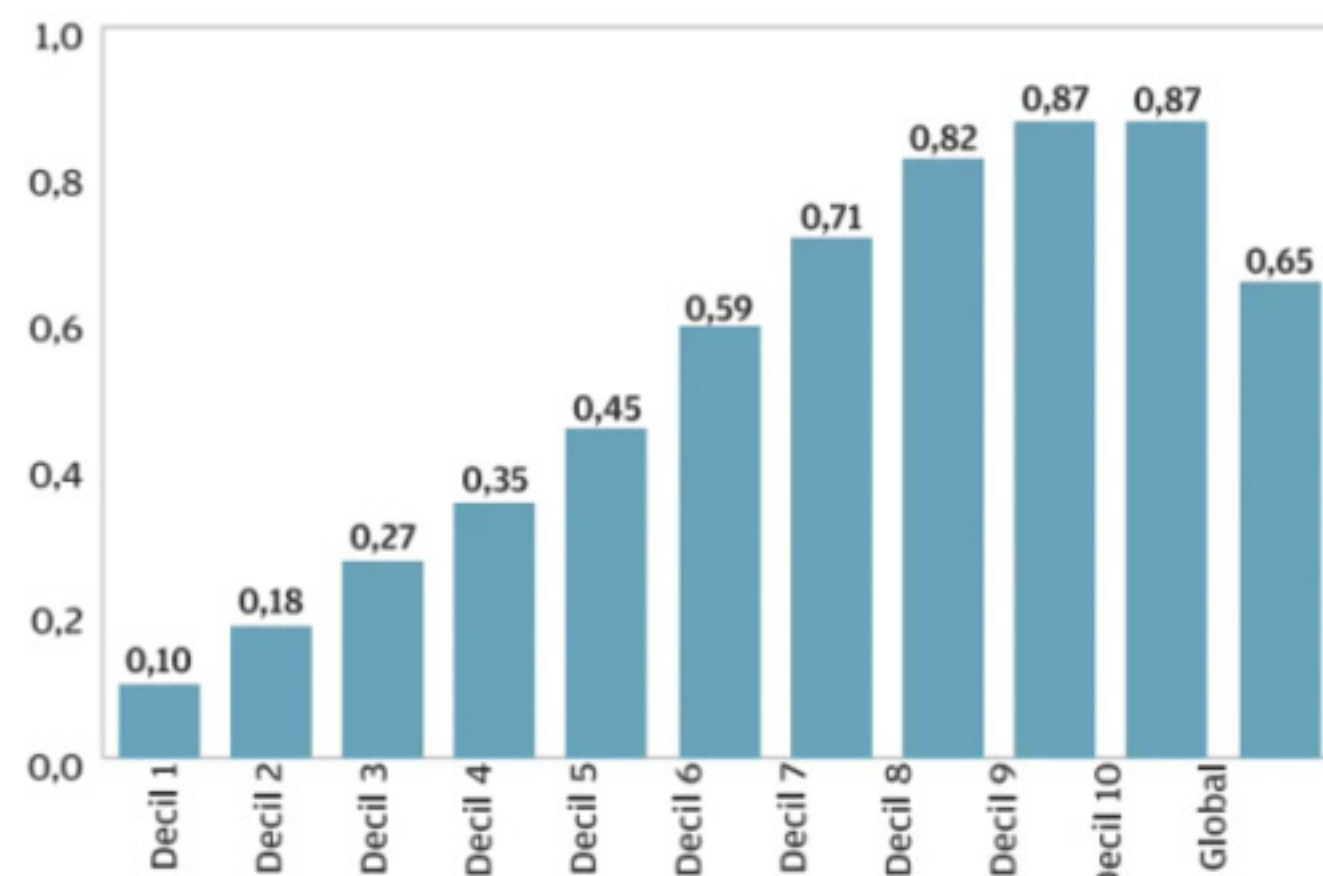
Além das reformas de IRS em

De acordo com a Comissão Europeia, a reforma de IRS de 2023 traduziu-se

RENDIMENTOS MAIS ALTOS COM MAIOR ALÍVIO

Variação no rendimento disponível equivalente com reforma do IRS de 2023, em percentagem

Nas simulações da Comissão Europeia, é no 9.º e no 10.º decis de rendimento que se verifica o maior alívio, ainda assim inferior a 1% do rendimento. Os cálculos têm em conta a atualização de escalões em 5,1%, a descida de taxa de 23% para 21% no segundo escalão, a subida do mínimo de existência e o aumento de limiares de isenção no IRS Jovem.

	Variação (%)
Decil 1	0,10
Decil 2	0,18
Decil 3	0,27
Decil 4	0,35
Decil 5	0,45
Decil 6	0,59
Decil 7	0,71
Decil 8	0,82
Decil 9	0,87
Decil 10	0,87
Global	0,65

Fonte: Relatório anual sobre fiscalidade, Comissão Europeia

Fernando Veludo/Lusa

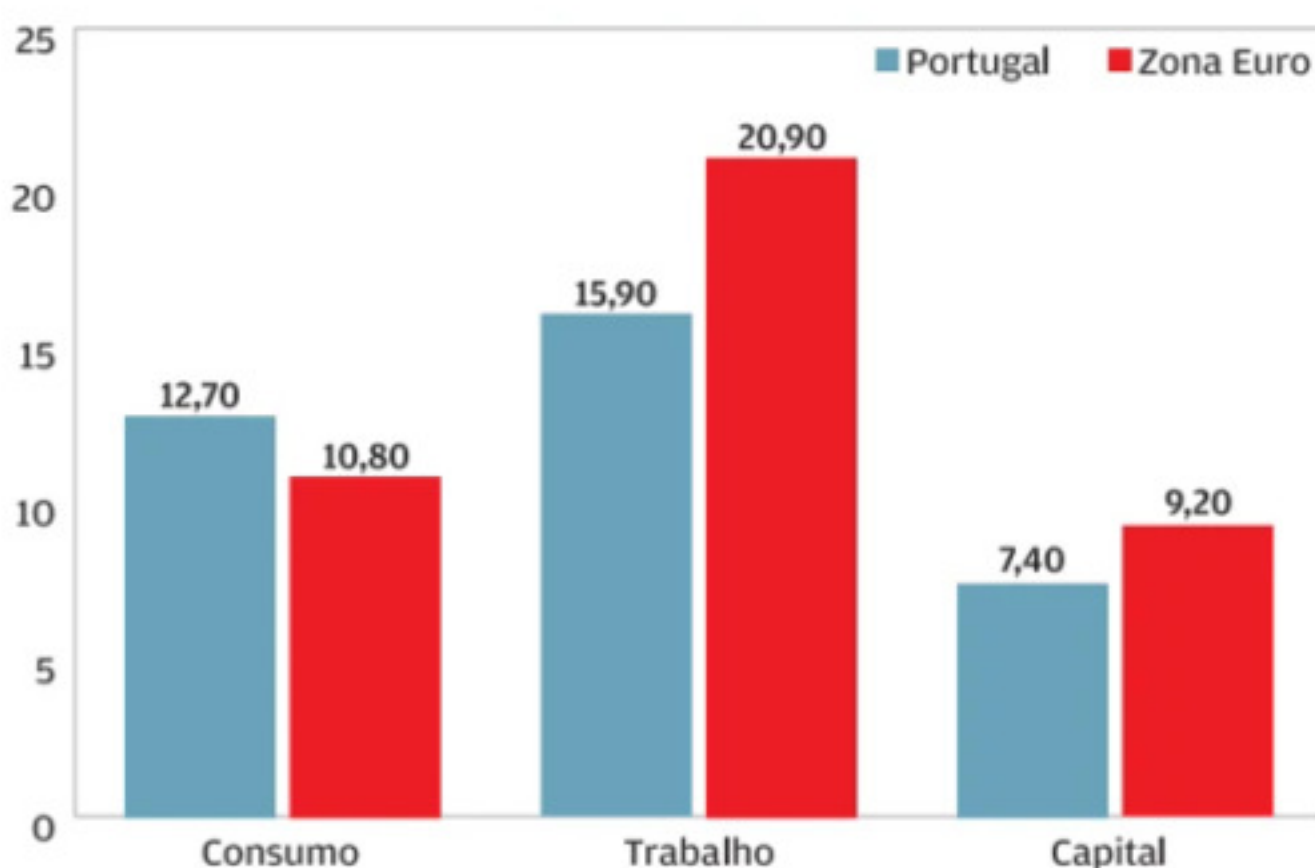
em ganhos que não foram além de 0,45% para a metade da população com os rendimentos mais baixos.

Portugal, também as da Áustria (atualização parcial de escalões à inflação) e Lituânia (aumento do mínimo de existência) estiveram sob a análise de Bruxelas, com conclusões semelhantes quanto ao impacto nas desigualdades, mas maior sucesso relativo na redução da pobreza.

Para Portugal, esta não é de resto a primeira vez que uma análise de efeitos de mexidas no IRS concluiu que estas originam maior disparidade na distribuição de rendimentos. Por exemplo, o Banco de Portugal concluiu em dezembro passado que as alterações do início deste ano produziriam ganhos de 2,4% e 2% esperados para o 9.º e 10.º decis de rendimento, respetivamente, e de apenas 0,2% e 0,5% no primeiro e segundo decis. Outras análises, incluindo do próprio Ministério das Finanças com base na liquidação do imposto, têm apontado em igual sentido. ■

TRABALHO MANTÉM MAIOR PESO NA RECEITA

Receita fiscal por função económica em 2022, em percentagem do PIB

A tendência será de quebra, mas as receitas da tributação que incide sobre trabalho (incluindo contribuições sociais) ainda são a maior fonte fiscal de financiamento público. No caso português, valiam 15,9% do PIB em 2022, com os impostos sobre o consumo em segundo lugar (12,7% do PIB) e a tributação aos lucros e outros resultados do capital nos 7,4% do PIB.

Fonte: Relatório anual sobre fiscalidade, Comissão Europeia

Manter receitas vai exigir taxar mais capital e consumo

O trabalho ainda é a maior base de arrecadação na UE, mas Bruxelas diz que é tempo de passar o fardo. O futuro traz desafios: do envelhecimento à mobilidade

A Comissão Europeia já tem vindo a recomendar aos países que transfiram o peso da tributação sobre o trabalho para outros impostos menos prejudiciais ao crescimento. Mas avisa também, no novo balanço anual sobre a fiscalidade da UE, que não o fazer levará a perda de receitas públicas perante crescentes desafios à arrecadação de impostos e contribuições nesta área.

"No futuro, qualquer opção para manter o atual nível de receitas exigirá uma transição de impostos sobre o trabalho para impostos sobre o consumo e o capital", refere.

Atualmente, o trabalho ainda é a grande função económica a sustentar as finanças públicas na generalidade dos países do bloco. A tributação dos rendimentos de trabalho e as contribuições sociais são mais de metade das receitas fiscais captadas (50,6% do total em 2022) e valem 20,3% do PIB da União.

Portugal surge relativamente melhor que a média nos dados, mesmo que principalmente dependente de IRS e contribuições sociais. É o 10.º Estado-membro com uma menor fatia de receitas oriundas da tributação do trabalho, num peso de 44,2% em 2022. Estas receitas valem também apenas 15,9% do PIB (mas ainda acima do pré-pandemia, com 14,8% do PIB em 2019).

O levantamento anual sobre a fiscalidade da União faz notar que, de uma forma geral, em 2022 o peso das receitas fiscais extraídas do trabalho registou alguma diminuição, sobretudo influenciada por aumentos de lucros empresariais acima das subidas nominais dos salários, num contexto de forte aceleração dos preços. Mas a tendência de longo prazo será sempre de maiores reduções.

Desde logo, "o envelhecimento levará, com probabilidade, a uma redução na população ativa e na população com contribuições, independentemente de reformas nas pensões que sejam propostas". Também "a digitalização representa outra transformação estrutural crítica com implicações substanciais para os sistemas fiscais", desde logo com o teletrabalho e a maior mobilidade dos trabalhadores, e a inteligência artificial deverá trazer mudanças para os níveis e tipos de emprego existentes. O relatório cita ainda outras questões prementes, lembrando que as "desigualdades, as alterações climáticas e a dependência energética estão a conduzir a desenvolvimentos políticos nos quais a fiscalidade pode ter um papel complementar". ■

MARIA CAETANO

O trabalho vale 50,6% das receitas fiscais da UE. A fatia é um pouco menor em Portugal, de 44,2%.

ECONOMIA

TRABALHO

Preços aceleram e salários reais abrandam

Preços aceleraram e remunerações reais abrandaram um pouco face ao início do ano. Subida de 6,4% no salário médio da economia deu lugar a um ganho real de 3,6% no segundo trimestre do ano, em termos homólogos.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

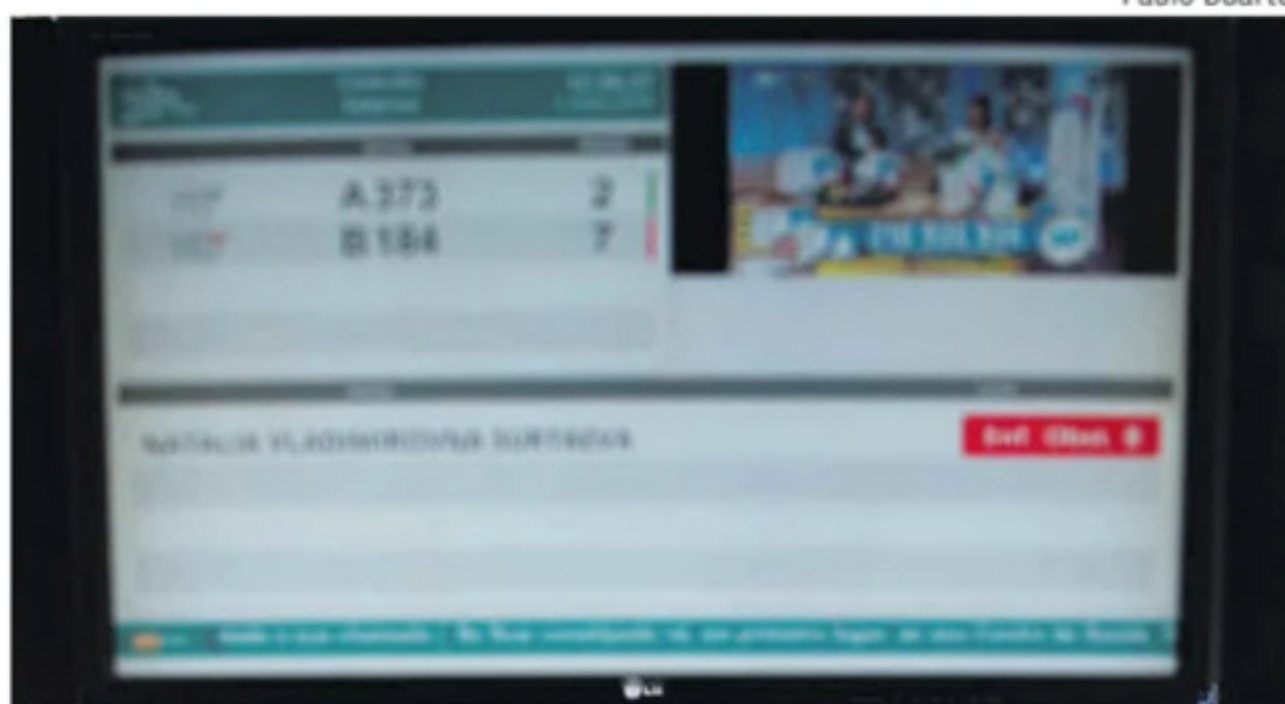
Depois das quebras verificadas entre o final de 2021 e abril de 2023, o salário médio total da economia voltou a aumentar em termos reais. No segundo trimestre, os preços aceleraram, e os salários subiram em média 3,6% em termos reais, recuando um pouco face ao início do ano, quando subiam acima de 4%.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) baseiam-se na declaração mensal de remunerações da Segurança Social e na informação da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e referem-se a um total de 4,7 milhões de postos de trabalho.

"Em relação ao trimestre terminado em março de 2024, assistiu-se a uma aceleração dos preços (de 2,2% para 2,7%) e a uma desaceleração das remunerações reais (por exemplo, de 4,2% para 3,6% no caso das remunerações totais)", diz o INE.

Estes valores reais foram obtidos aplicando a inflação à variação nominal, que no caso dos salários totais, acima referidos, foi de 6,4% para uma média de 1.640 euros por mês. Também esta última abrandou ligeiramente face aos valores do primeiro trimestre, agora revistos em alta.

Os aumentos nominais registaram-se de forma transversal, tendo sido mais expressivos nas indústrias extrativas (13,6%), nas empresas de 500 e mais trabalhadores (7,3%) e nas empresas de serviços de mercado "com forte intensidade de conhecimento (11,9%)."

Paulo Duarte

Salários regulares valem mais do que há um ano, mas recuam em cadeia.

Apesar da subida real de 3,6% apresentada para o total da economia, o INE refere que tanto no setor privado como no das administrações públicas a variação real foi mais alta, de 3,8%.

O que está incluído?

A remuneração bruta total mensal média, que aqui é destacada, inclui todas as componentes declaradas à Segurança Social ou à CGA, que além da remuneração-base incluem, por exemplo, trabalho suplementar, subsídios de caráter regular ou remunerações variáveis, entre muitos outros.

Contudo, estes dados só se referem a remunerações sujeitas a tributação, ou seja, a retenção na fonte de IRS e descontos para a Segurança Social e para a CGA. Estão por isso excluídos os subsídios de refeição até 6 euros ou de 9,6 euros, se forem pagos em cartão.

Salário total médio de 1.640 euros

De uma forma geral, no conjunto da economia, a remuneração total bruta ficou nos 1.640 euros. Isto para uma componente regular de 1.295 euros que inclui o salário-base médio de 1.214 euros.

Os salários são mais altos (2.484 euros quanto à remuneração total) do que no setor privado (1.480 euros), o que como refere o INE é explicado por diferenças "no tipo de trabalho realizado, na composição etária (com impacto na acumulação de capital humano e de experiência profissional) e nas qualificações dos trabalhadores". Mais de metade dos trabalhadores das administrações públicas (56%) têm ensino superior contra cerca de um quarto no setor privado.

Embora estes dados sejam recolhidos sobretudo com o intuito de dar informação sobre remunerações, também incluem informação sobre emprego, sugerindo variações setoriais distintas das que foram retratadas pelo Inquérito ao Emprego. O Negócios aguarda mais informação sobre as diferentes metodologias. ■

COMO EVOLUI O SALÁRIO REAL

Evolução do salário regular, em termos reais

No gráfico é apresentado não o salário total, mais sujeito a oscilações, mas o salário médio real apenas nas suas componentes regulares, para o conjunto da economia. Os dados evidenciam a quebra registada entre finais de 2021 e início de 2023 e uma recuperação mais expressiva no início deste ano. No segundo trimestre, o valor recuou.

Fonte: INE

CONJUNTURA

Investidores alemães estão mais deprimidos

A confiança dos investidores na Alemanha registou em agosto a maior queda desde julho de 2022, devido à incerteza face à política monetária, à conjuntura da economia dos EUA e às preocupações com uma escalada do conflito no Médio Oriente.

O Centro de Investigação Económica Europeia alemão (ZEW) indicou ontem que o índice de confiança dos investimentos no país situou-se em 19,2 pontos, menos 22,6 pontos do que no mês anterior (41,8 pontos). Esta é a segunda queda consecutiva e a maior desde julho de 2022, quando este indicador perdeu 25,8 pontos em relação ao mês anterior, situando-se em -28 pontos.

A avaliação da situação económica atual caiu 8,4 pontos em relação a julho, para -77,3 pontos em agosto.

O presidente do centro ZEW, Achim Wambach, sublinhou que as expectativas económicas na Alemanha estão a deteriorar-se, à semelhança da Zona Euro, dos Estados Unidos e da China.

No caso da Zona Euro, o índice de confiança dos investimentos também desceu em agosto, para 17,9 pontos, contra 43,7 pontos no mês anterior, enquanto a avaliação da situação atual aumentou 3,7 pontos, para -32,4.

Os dados agora relevados pelo ZEW reforçam outros indicadores divulgados recentemente. No segundo trimestre do ano, a economia alemã – considerada a locomotiva económica da Europa – contraiu 0,1% em cadeia, de forma inesperada, quando se esperava uma ligeira aceleração.

Também o instituto ifo revelou há cerca de três semanas uma queda no índice de clima empresarial pelo terceiro mês consecutivo, tendo em julho registado o maior tombo no último ano. De recordar que a Alemanha é o terceiro principal cliente das exportações de bens portugueses. ■ **NEGÓCIOS COM LUSA**

EMPRESAS

Miguel Baltazar

A TAP tem hoje menos aviões e menos "slots" no aeroporto de Lisboa do que tinha em 2019.

AVIAÇÃO

TAP está a 2% de recuperar os passageiros do pré-pandemia

Nos primeiros seis meses do ano a companhia portuguesa transportou mais de 7,8 milhões de passageiros, o que representa um aumento de 1,8% face a igual período de 2023. Dados da ANAC revelam que, entre as principais transportadoras, a SATA Internacional foi a que mais cresceu. Já a Ryanair registou um ligeiro recuo.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

A TAP transportou mais de 7,8 milhões de passageiros de e para os aeroportos portugueses no primeiro semestre deste ano, o que representa uma subida de 1,8% face aos 7,7 milhões apurados no mesmo período de 2023. No entanto, esse número fica ainda 2,4% abaixo dos mais de 8 milhões de passageiros que atingiu na primeira metade de 2019, o ano anterior à pandemia em que a companhia aérea tinha mais aviões e mais "slots" no aeroporto de Lisboa, os quais teve de ceder no âmbito do plano de restruturação.

Por seu lado, as suas principais concorrentes Ryanair e Easyjet já superaram largamente a procura que tinham antes da pandemia nos aeroportos nacionais. No entanto, de acordo com dados da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC), disponibilizados nos seus relatórios mensais de monitorização de tráfego, a "low cost" irlandesa registou, no acumulado dos primeiros seis meses deste ano, um recuo de 0,2% dos passageiros transportados face ao mesmo período de 2023, que se mantiveram em cerca de 6 milhões.

Já as transportadoras do grupo Easyjet – Easyjet Europe Airline e Easyjet Airline Company – cresceram na primeira metade deste ano 3,6%, em termos homólogos, ultrapassando a barreira dos 4 milhões de passageiros.

Segundo os dados do regulador da aviação civil que permitem fazer uma comparação entre as maiores companhias a operar em Portugal, a SATA Internacional foi a que apresentou o maior acréscimo de passageiros nos primeiros seis meses deste ano, tendo transportado mais 25% do que no mesmo período de 2023, num total de quase 750 mil.

Um número semelhante viajou pela "low cost" Vueling no mesmo semestre, que também registou um ritmo de crescimento a dois dígitos em Portugal (10,9%). A Air Europa, por seu lado, transportou neste período mais 8,8% de passageiros do que há um ano,

7,85
PASSAGEIROS
Os passageiros transportados pela TAP no primeiro semestre deste ano ultrapassaram os 7,8 milhões, uma subida de 1,8%.

num total de 422 mil, enquanto a Lufthansa viu aumentar a procura em 4,2% para 677 mil pessoas. Ainda entre as companhias que estão a crescer nos aeroportos nacionais figura a Iberia, que de acordo com os dados do regulador, transportou mais 1,9%.

Já em sentido contrário, a Transavia France registou um recuo de 6,8% no número de passageiros em Portugal até junho, para um total de 824 mil.

TAP cresce mais em maio, Ryanair recua em abril

Maio foi, de entre os primeiros seis meses deste ano, aquele em que a TAP registou o maior aumento da procura comparativamente com 2023, na ordem dos 5,2%, seguindo-se março, em que o crescimento registado foi de 2,7%. Em junho, no entanto, não foi além dos 0,6%.

Já a Ryanair, que arrancou 2024 a crescer nos aeroportos portugueses chegando a um a subida de quase 8,2% em março, viu recuar o número de passageiros em todo o segundo trimestre. Por comparação com o mesmo mês de 2023, em abril registou uma diminuição do número de passageiros transportados de e para Portugal de 6,9%, em maio de 4,4% e em junho de 2%.

Por seu lado, a SATA Internacional cresceu em cada um destes seis meses a dois dígitos, entre os 15,1% registados em abril e os 34,1% em março.

De acordo com a ANAC, todos os aeroportos nacionais continuaram a apresentar subidas do tráfego em junho. Nesse mês o aeroporto de Lisboa recebeu mais 3,7% de passageiros, face ao período homólogo, o do Porto mais 6,8% e Faro mais 5,1%. Nas ilhas o crescimento foi ainda mais expressivo, chegando aos 9,3% no Funchal e aos 18% em Ponta Delgada. ■

Aeroportos nacionais movimentam 33 milhões de viajantes no semestre

Número de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais cresceu 5,2% nos primeiros seis meses de 2024 face ao período homólogo. O aeroporto de Lisboa foi responsável por mais de metade. Reino Unido é a principal origem e destino dos voos.

O número de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais aumentou 5,2% no primeiro semestre do ano face ao mesmo período de 2023, atingindo 32,9 milhões de viajantes, acima dos 31,3 milhões verificados um ano antes, avançou nesta terça-feira o Instituto Nacional de Estatística (INE).

"Durante o primeiro semestre de 2024 verificaram-se máximos históricos nos valores mensais de passageiros nos aeroportos nacionais. Em junho de 2024, registou-se o desembarque médio diário de cerca de 113 mil passageiros, valor superior em 5,5% ao registado em junho de 2023 (107 mil)", escreve o INE.

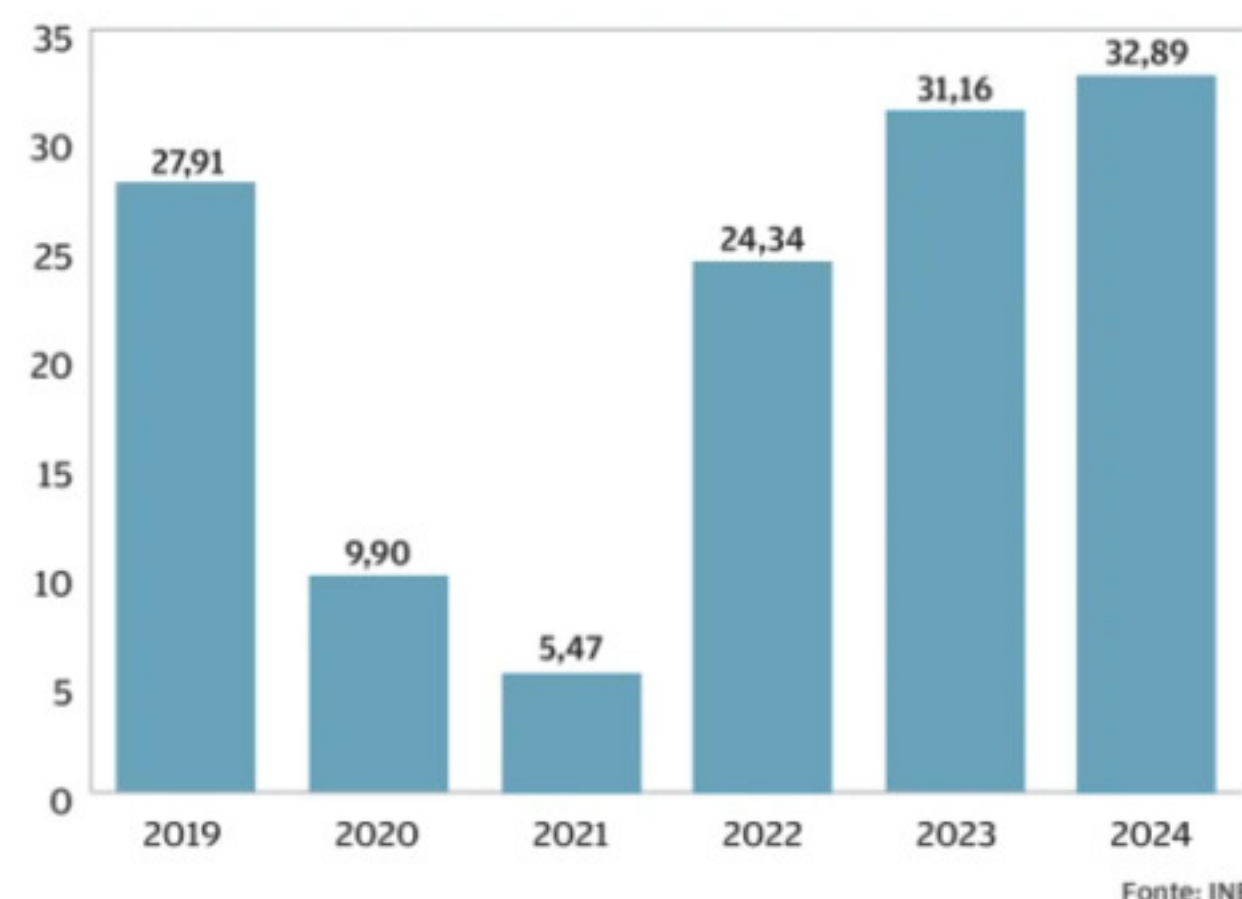
O aeroporto de Lisboa movimentou 50,8% do total de passageiros do país, num total de 16,7 milhões de viajantes, mais 5,3% do que no período homólogo. Já o Sá Carneiro, no Porto, "concentrou 22,8% do total de passageiros movimentados (7,5 milhões, mais 5,8%). O aeroporto de Faro registou um crescimento de 3,3% no movimento de passageiros, totalizando 4,3 milhões" de viajantes, detalha o documento que acompanha as estatísticas do INE.

CRESCIMENTO CONTÍNUO

Passageiros movimentados nos aeroportos nacionais no primeiro semestre, em milhões

Depois da queda a pique na pandemia, o número de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais tem vindo a crescer de forma consistente nos últimos anos. No primeiro semestre de 2023 foram 31,26 milhões, valor que cresceu 5,2% no mesmo período deste ano.

Fonte: INE

50,8

LISBOA

O aeroporto de Lisboa movimentou 50,8% dos passageiros, num total de 16,7 milhões de viajantes. O Porto foi responsável por 22,8%.

2,25

REINO UNIDO

O Reino Unido foi a principal origem de voos: 2,25 milhões de passageiros vieram de lá. O crescimento foi de 2,5%.

Reino Unido lidera

O Reino Unido foi a principal origem e destino de voos, "tendo registado crescimentos no número de passageiros desembarcados (2,25 milhões, mais 2,5%) e embarcados (2,21 milhões, subida de 2,9%) face ao mesmo período de 2023. No sentido contrário, França registou decréscimos no número de passageiros desembarcados (2,05 milhões, menos 1,9%) e embarcados (2,04 milhões, menos 2,1%) e ocupou a 2.ª posição. Espanha, Alemanha e Itália ocuparam a 3.ª, 4.ª e 5.ª posições, respetivamente". No que diz respeito à movimentação de carga e correio, nos primeiros seis meses de 2024 verificou-se um crescimento de 13,2%. ""O movimento de mercadorias no aeroporto de Lisboa representou 77,1% do total, atingindo 94,2 mil toneladas (16,6% acima do mesmo período de 2023). No conjunto dos restantes aeroportos, o movimento de carga e correio aumentou 2,9%", lê-se na publicação.

No mês de junho, os aeroportos nacionais movimentaram 6,7 milhões de passageiros e 20,3 mil toneladas de carga e correio, correspondendo a crescimentos de 5,6% e 13,4%, respetivamente, face a junho de 2023. ■ HUGO NEUTEL

CONCORRÊNCIA

Concentrações de empresas batem recorde de uma década

Indústrias transformadoras, comércio (por grosso e retalho) e reparação de veículos figuram entre as áreas de atividade que mais "mexeram" ao longo do ano passado. Nove em cada dez propostas de concentração de empresas tiveram luz verde da Autoridade da Concorrência (AdC).

Sérgio Lemos

Maior parte das operações de concentração de empresas decididas pela AdC em 2023 visou controlo exclusivo.

DIANA DO MAR
dianamar@negocios.pt

É o registo mais elevado da década: 2023 foi o ano com mais notificações e decisões de operações de concentração de empresas dos últimos dez anos (fruto de um aumento na ordem dos 30% para 82 processos em ambos os casos). É o que revela o relatório de atividades, de gestão e contas da Autoridade da Concorrência (AdC), só recentemente publicado, segundo o qual a esmagadora maioria das propostas de aquisição e/ou fusão foi aprovada sem qualquer objeção, como, de resto, tem sido comum. Em concreto, o regulador tomou 82 decisões finais, das quais 74 (ou 90%) granjearam "luz verde". Nenhuma operação foi proibida em 2023, embora uma tenha tido aval mediante o cumprimento de "compromissos estruturais". Já outra foi retirada pela proponente "na fase de investigação aprofundada". Nas remanescentes seis a AdC deliberou não estarem abrangidas pelo procedimento de controlo.

As indústrias transformadoras, do comércio (por grosso e a retalho) e da reparação de veículos automóveis e motociclos figuram entre as atividades que envolveram o maior número de operações de concentração analisadas pela AdC em 2023.

Aguçado apetite nacional

A maior parte das operações decididas visou o controlo exclusivo, ou seja, a compra da maioria do capital (64 ou 78%) e refletiu um apetite interno mais aguçado, já que as operações de concentração com um âmbito geográfico doméstico, isto é, envolvendo empresas nacionais corresponderam a 43% das decisões adotadas em 2023 (contra 34% em 2022). Neste capítulo, o regulador nota, aliás, a "diminuição acentuada" do peso das operações decididas envolvendo notificações em pelo menos outro país da União Europeia: de 42% para 12%.

Em termos do volume de negócios realizado pelas empresas adquiridas em território nacional, as que faturam menos de 5 milhões de euros reforçaram a hegemonia, representando 40% das operações decididas pelo regulador em 2023 contra 32% em 2022. Para se ter uma ideia, apenas oito empresas objeto de compra tinham um volume de negócios acima dos 100 milhões.

> **45**
> **SUBIDA DOS LUCROS**
> Lucros da AdC subiram 45% para 9,57 milhões de euros em 2023, graças em parte às taxas cobradas de operações de concentração.

Coimas de 34,3 milhões em oito decisões condenatórias

Relativamente à investigação e sanção de práticas restritivas da concorrência, a AdC adotou oito decisões de condenação com o valor das coimas aplicadas a ascender a 34,3 milhões de euros. Do conjunto faz parte, como destaca, aliás, o regulador, a última das dez decisões condenatórias por práticas concertadas entre fornecedores e cadeias de supermercados no âmbito de investigações iniciadas em 2017. Essas decisões relativas à suspeita de concertação de preços, tomadas a partir de 2020, resultaram na aplicação de coimas na ordem dos 700 milhões de euros a uma série de empresas que, na sua maioria, recorreram aos tribunais para as contestar.

No relatório, a entidade liderada por Nuno da Cunha Rodrigues também apresenta as contas de 2023, ano em que aumentou os lucros em 45% para 9,57 milhões de euros, um incremento "justificado, essencialmente, pelo aumento nos rendimentos, no que respeita aos procedimentos de transação [em que os visados admitem a culpa, renunciam a recorrer a tribunal e podem beneficiar de uma redução da coima] no âmbito de decisões condenatórias e às das taxas cobradas de operações de concentração". Estas últimas, aliás, como enfatiza a AdC, atingiram "um grau de realização de 175,71% em relação ao inicialmente orçamentado". ■

TELECOMUNICAÇÕES

Credores da Altice expectantes sobre venda de posição na BT

Credores da Altice estão à "espera para ver" o que Drahi fará à receita que a multinacional vai obter com a venda da posição na British Telecom. Destino do encaixe pode influenciar negociações com os titulares de dívida.

Os credores da Altice estão em suspenso, à espera de saber o que Patrick Drahi fará ao encaixe – ainda não revelado – que terá com a venda da posição de 24,5% na British Telecom (BT), avançou a Bloomberg.

A Altice anunciou nesta segunda-feira a alienação da totalidade da participação que tem na telecom britânica à gigante indiana Bharti, mas o valor da operação não foi revelado.

Segundo a agência, o sentimento dominante entre os titulares de dívida da companhia é o de expectativa, dado que se Drahi usar o dinheiro da venda para abater dívida da empresa, isso chegará a tempo de influenciar a próxima ronda de negociação com os credores.

Há cerca de um ano, a Altice fez saber aos detentores de títulos de dívida que, na missão de vender ativos para diminuir o endividamento de 60 mil milhões de dólares (cerca de 55 mil milhões de euros no câmbio atual), não colocava de parte qualquer área do negócio. Até agora, a companhia apenas alienou ativos não estratégicos.

E já este ano a Altice France alertou os credores para a necessidade de aceitarem um "haircut". No entanto, poucos meses depois, vendeu a Altice Media e colocou o lucro da operação "fora do alcance" dos detentores de dívida, movendo-o para uma companhia "acima" da operadora francesa. A decisão foi interpretada como um sinal de que Drahi adotaria uma abordagem dura nas negociações com os credores, escreve a Bloomberg.

A Altice France procura, segundo a agência, desalavancar o balanço, diminuindo o rácio de dívida sobre o EBITDA de 6,5 vezes para 4 vezes, o que significa abater até 10 mil milhões de euros.

Já a Altice Internacional pretende reduzir esse indicador de 5 para 4 vezes. No início do mês chegou a acordo para a venda da plataforma de publicidade em vídeo Teads por cerca de mil milhões de dólares. No anúncio da operação, a companhia garantiu que iria usar a receita para amortizar dívida, mas quando a concretizou, nada disse sobre o destino do encaixe.

A multinacional tentou, sem sucesso, alienar a operação na República Dominicana e procura também vender a Altice Portugal, que está no centro do furacão da Operação Picoas. ■ HUGO NEUTEL

Novas regras para a desflorestação preocupam empresas

Regulamento estabelece a proibição de comercialização na UE de produtos que causem desflorestação Multas pesadas, sanções e danos à reputação são algumas das consequências. Período de adaptação termina no final deste ano.

SÓNIA SANTOS DIAS

As empresas estão apreensivas com o novo Regulamento Europeu de Desflorestação (EUDR), que estabelece a proibição de comercialização na União Europeia (UE) de produtos que causem desflorestação no mundo e que impactam produtos como óleo de palma, gado, madeira, café, cacau e soja. Com o fim do período de adaptação a acontecer no final de 2024 (para PME será junho de 2025), o novo regulamento tem aplicação direta em todos os Estados-membros e prevê consequências pesadas para quem não o cumprir.

São muitas as vozes que se levantam contra as novas normas que deverão começar a ser cumpridas daqui a poucos meses. A indústria de café, por exemplo, já veio manifestar que terá dificuldades em cumprir os prazos. Também os ministros da Agricultura de 20 dos 27 países-membros da UE apoiaram um apelo da Áustria para rever o regulamento.

Os países produtores de café também criticam, afirmando que a norma é discriminatória e que pode acabar por vedar o acesso dos pequenos agricultores ao lucrativo mercado da UE. O receio é de que os agricultores de regiões rurais remotas possam ser incapazes de fornecer aos compradores dos seus produtos as coordenadas de geolocalização para provar que as suas explorações não se encontram em terras desflorestadas após 2020, um dos principais requisitos da lei. Também os secretários do Comércio e da Agricultura dos Estados Unidos pediram recentemente à UE um adiamento da proibição de importação de produtos ligados à desflorestação, argumentando que coloca desafios críticos aos produtores norte-americanos.

Para Manuel Gouveia Pereira, sócio e responsável das Áreas de Ambiente, Clima e ESG da GPA Advogados, este é um caminho sem volta. "Poderá estar em causa uma possível derrapagem ou suspensão dos prazos a partir dos quais o regulamento terá que ser cumprido por parte das empresas com o objetivo de lhes dar mais tempo de adaptação. Mas não acredito que se vá voltar para trás", defende.

Poderá estar em causa uma possível derrapagem ou suspensão dos prazos a partir dos quais o regulamento terá que ser cumprido por parte das empresas com o objetivo de lhes dar mais tempo de adaptação. Mas não acredito que se vá voltar para trás.

MANUEL GOUVEIA PEREIRA
Sócio e responsável das Áreas de Ambiente, Clima e ESG da GPA Advogados

Na sua perspetiva, "será inevitável uma mudança de postura das empresas, que terão de se adaptar às novas exigências, nomeadamente através de comportamentos e práticas mais sustentáveis que incluam alterações nas cadeias de produção e de fornecedores, e medidas concretas para garantir a rastreabilidade e a sustentabilidade de seus produtos, sem esquecer as obrigações de exercício de diligência devida e de recolha de informação, que incluem a geolocalização de todas as parcelas de terreno em que foram produzidos os produtos que colocam no mercado".

Ainda que venham a ser aprovadas adaptações ao EUDR, até ao momento, não existe nenhuma posição oficial da UE sobre uma eventual revisão ou suspensão da sua aplicação, tendo a Comissão Europeia demonstrado o seu compromisso com a implementação do regulamento como um instrumento fundamental para o combate à degradação florestal. "Um atraso na sua aplicação terá inevitavelmente como consequência a continuação da desflorestação e degradação florestal a nível mundial e o agravamento do aumento das emissões de gases com efeito de estufa", sublinha o advogado.

O mesmo considera Raul Xavier, consultor de Carbono Azul e Florestas da ANP|WWF. Na sua perspetiva, "o adiamento significaria permitir a continuação da desflorestação e da degradação florestal, contribuindo para a perda de biodiversidade e o aumento das emissões de gases de efeito estufa, o que seria trágico dado estarmos continuamente a bater recordes de temperatura em várias partes do mundo, entre outras consequências". Além disso, um eventual adiamento "enfraqueceria os esforços da UE para se posicionar como líder global na governança ambiental e comprometeria os objetivos climáticos".

Recorde-se que a Comissão Europeia estima que a implementação adequada do novo regulamento possa evitar a destruição de aproximadamente 1,2 milhões de hectares de floresta até 2030 – o equivalente a duas vezes e meia a região do Algarve –, contribuindo significativamente para a mitigação das mudanças climáticas e a proteção de espécies ameaçadas.

Do ponto de vista social, a regulamentação visa também promover um comércio mais justo possibilitando melhores condições de trabalho e respeito pelos direitos humanos nas cadeias de abastecimento agrícola. "Em muitos casos onde há desflorestação ilegal também há violação de direitos humanos, como trabalho infantil, trabalho em condições análogas à escravidão e expulsão de comunidades locais. Para além da desflorestação, a EUDR inclui o cumprimento de normas laborais, fiscais, segurança social e direitos humanos", sublinha Raul Xavier.

Impacto em Portugal

O consumo em Portugal está associado sobretudo à desflorestação

Cada português poderá estar a contribuir,

Em muitos casos onde há desflorestação ilegal também há violação de direitos humanos, como trabalho infantil, trabalho em condições análogas à escravidão e expulsão de comunidades locais.

RAUL XAVIER
Consultor de Carbono Azul e Florestas da ANP|WWF

D.R.

anualmente, para mais de 60 hectares de desflorestação pelo consumo de café, revela um estudo.

para a produção de café (23,8%), produtos pecuários (20,1%) e soja (15,5%), segundo um estudo levado a cabo pela iniciativa global Trase, divulgado em julho passado. A organização analisou a degradação florestal impulsionada pelas importações dos países da UE e concluiu que o consumo em Portugal coloca em risco mais de 2.700 hectares de floresta por ano.

Segundo esta análise, cada português poderá estar a contribuir, anualmente, para mais de 60 hectares de desflorestação pelo consumo de café, estando Portugal entre os cinco países com maior exposição per capita nesta matéria.

Quanto a localizações, a maior parte da desflorestação associada às importações de Portugal tem origem no Brasil (35%), podendo as importações nacionais contribuir para 950 hectares de desflorestação, por ano, neste país, com a maior fatia a corresponder à importação de soja destinada sobretudo à alimentação animal.

A indústria do gado é uma das visadas no novo regulamento europeu. Graça Mariano, diretora executiva da Apicarnes - Associação Portuguesa de Industriais de Carnes, disse ao Negócios que a nova legislação "cria entraves face à necessária burocracia para provar a origem da carne, mas as empresas já estão habituadas aos mecanismos de rastreabilidade, pois a carne é sem dúvida o alimento mais controlado e mais rastreado". Ou seja, "trata-se de introduzir mais um passo no imenso controlo que já é feito", acrescenta a responsável. Porém, indica que tal não tem grande impacto nas importações, "pois as transações em termos de carne de bovino, no nosso caso, são mais relacionadas com as trocas intracomunitárias".

Ainda assim, no caso da indústria das carnes em Portugal, Graça Mariano reconhece que a aplicação do regulamento "não é um processo simples, mas as empresas conseguem organizar-se, embora com esforço". No entanto, frisa, "temos 'feedback' da Comissão de que há iniciativas para protelar a entrada em vigor desde diploma".

Cada mecanismo de controlo adicional exige sempre mais custos para as empresas, as quais infelizmente não conseguem fazer refletir no preço final dos seus produtos, mas terá de haver algum impacto.

GRAÇA MARIANO
Diretora executiva da Apicarnes - Associação Portuguesa de Industriais de Carnes

Dadas as circunstâncias, e enfrentando as mesmas dificuldades que outras empresas no espaço europeu, esta indústria está "na expectativa de que as autoridades competentes em Portugal se organizem nesta matéria".

Para o advogado Manuel Gouveia Pereira, as empresas em Portugal terão capacidade de garantir o cumprimento das regras do regulamento e "estarão à altura do desafio". E tal como sucedeu com a Diretiva do Reporte Não Financeiro (CSRD, na sigla em inglês) e outras diplomas europeus em matéria de ESG e de proteção do ambiente, "as empresas já perceberam que para se manterem competitivas e garantirem a sua boa reputação junto do mercado e dos consumidores têm de encarar estas novas obrigações como um caminho sem retorno que constitui uma oportunidade para se tornarem cada mais modernas, inovadoras e sustentáveis", sublinha.

Porém, o sócio e responsável das Áreas de Ambiente, Clima e ESG da GPA Advogados reconhece que "é expectável que a implementação do regulamento acarrete custos adicionais para as empresas face ao aumento dos custos de produção em consequência da implementação de sistemas de controlo e conformidade dos produtos, bem como, com a obtenção de certificações relacionadas com a concreta não associação à desflorestação". A concorrência e a procura de novos territórios não associados à desflorestação também trará uma subida de custos. "Tal refletir-se-á, muito provavelmente, no aumento dos preços para o consumidor final, acrescido da volatilidade própria do mercado na adaptação às novas regras."

Quanto a este possível aumento de custos associados à aplicação deste regulamento, Graça Mariano da Apicarnes, salienta que "cada mecanismo de controlo adicional exige sempre mais custos para as empresas, as quais infelizmente não conseguem fazer refletir no preço final dos seus produtos, mas terá de haver algum impacto".

E quem não cumprir as novas regras? Apesar da pressão vinda um pouco de todo o planeta para a UE protelar o regulamento da desflorestação, nada foi até agora indicado em sentido contrário, o que significa que, a partir do início de 2025, as empresas que não cumprirem as regras poderão sofrer duras consequências. Caberá às autoridades competentes de cada país realizar auditorias e fiscalizações para verificação do cumprimento do regulamento. Em Portugal, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) será a entidade responsável pela aplicação do regulamento.

As empresas que não cumprirem as novas regras ficarão sujeitas a diversas consequências, tais como, a apreensão de produtos, a suspensão de comercialização e exportação de produtos de base ou derivados, coimas proporcionais aos danos ambientais e ao valor dos produtos de base ou produtos derivados, apreensão das receitas obtidas pelo operador ou comerciante, exclusão temporária dos processos de contratação pública e do acesso ao financiamento público ou ainda danos à reputação da empresa, com a divulgação por parte da Comissão Europeia das sentenças proferidas nesta matéria. ■

OBRIGAÇÕES

Dívida portuguesa troca menos de mãos em 2023

A incerteza sobre o curso da inflação e das políticas do BCE, associada à menor presença de Portugal no mercado de dívida, causou uma "diminuição significativa" dos volumes médios diários transacionados de obrigações. O IGCP levou a cabo "inúmeros" encontros com investidores para manter a boa relação.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

A agência liderada por Miguel Martín considera que o financiamento do país "beneficiou" da promoção feita junto de intermediários e investidores.

Portugal esteve menos ativo no mercado obrigacionista em 2023, um ano marcado pela entrada recorde de dinheiro nos certificados de aforro e pela incerteza sobre a evolução da inflação e da política monetária. A agência que gere a dívida pública manteve encontros com investidores que relata como tendo sido positivos. Ainda assim, não impediu que a transação de obrigações portuguesas caísse.

"Tipicamente, a execução bem-sucedida do programa de financiamento assenta na emissão regular e previsível de títulos de dívida pública ao longo do ano, com ênfase no mercado do euro, de forma a providenciar liquidez às linhas de OT [obrigações do Tesouro], reduzir a volatilidade na proximidade das janelas de emissão e aproveitar a procura crescente dos investidores pela dívida pública portuguesa", começa por explicar a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, no seu relatório anual.

Contudo, o programa de financiamento ficou "condicionado" pela evolução das subscrições dos certificados de aforro (CA) durante a primeira metade do ano e pela redução das necessidades líquidas de financiamento. O país acabou por realizar menos colocações do que esperava e, para compensar a redução, levou a cabo leilões de trocas de títulos em maio, junho e outubro, que totalizaram 2.391 milhões de euros.

Foram igualmente conduzidas recompras em março, novembro e dezembro "de forma a manter uma presença no mercado de OT e aumentar a liquidez de mercado", num montante agregado de 2.648 milhões de euros. Por último, recuperou ainda 2.319 milhões de euros em recompras bilaterais aos investidores. Nestes três tipos de operações, o IGCP foi assim buscar ao mercado 7.359 milhões de euros.

Segundo a agência liderada por Miguel Martín, a execução do programa de financiamento "beneficiou ainda da promoção da dívida pública portuguesa junto de intermediários financeiros e investidores internacionais". Em 2023, o IGCP levou a cabo "inúmeras" reuniões com investidores finais e agências de rating, e manteve o "aconselhamento e contacto regular" com os operadores especializados de mercado.

"A interação com investidores ao longo de 2023 evidenciou a confiança mantida na dívida portuguesa, nomeadamente face ao comportamento favorável e consistente dos dados macroeconómicos e orçamentais", diz o IGCP, lembrando que DBRS, Fitch e Moody's avaliavam a República no nível A. Já em março de 2024 também a S&P colocou o país neste patamar, sendo que o pleno das agências não era conseguido há 13 anos.

Em 2023, o financiamento bruto de médio e longo prazo em mercado ascendeu a 13,3 mil milhões de euros, tendo 3,7 mil milhões (28%) sido colocados por emissão particular para a Caixa

7,36

RECOMPRA
O país realizou leilões de trocas e recompra de dívida, bem como recompras bilaterais, num total de 7.359 milhões de euros.

28%

CGA
O financiamento bruto ascendeu a 13,3 mil milhões de euros, tendo 28% sido colocados por emissão particular para a CGA.

407

TRANSAÇÕES
Os volumes médios diários de transação de OT atingiram 407 milhões de euros, o que contrasta com 597 milhões em 2022.

Miguel Baltazar

Geral de Aposentações (CGA), já que, no início do ano, o Governo aprovou a transferência das responsabilidades do fundo de pensões da Caixa Geral de Depósitos (CGD) para a CGA e este montante foi alocado à dívida.

A título comparativo, em 2022, o volume total de emissões de OT foi de 14,8 mil milhões. "Devido a um elevado montante de subscrições de CA, à emissão particular para a CGA e a uma melhor execução orçamental que o antecipado no orçamento de Estado", foram suprimidos uma emissão sindicada, do "benchmark" a 10 anos, e os leilões de maio, junho, outubro e novembro, sendo substituídos por leilões de troca. Também a emissão de bilhetes do Tesouro (BT) foi ajustada: foram abertas apenas três linhas (janeiro, março e julho) em comparação com as normais seis dos últimos anos.

Se, no mercado primário, a presença de Portugal foi condicionada pela enchente de capital dos CA, no mercado secundário também se fizeram sentir as consequências. No que respeita à liquidez observaram-se níveis "bastante inferiores" a 2022, com uma "diminuição significativa" dos volumes médios diários transacionados de OT nas plataformas e no "mercado 'over-the-counter'", com diferenciais altos entre compra e venda.

"Esta redução da liquidez deveu-se essencialmente à incerteza em relação à evolução da inflação em 2023 e respetiva ação do BCE. A redução do programa de OT (como contrapartida do aumento dos CA) e, consequentemente, menos emissões de OT, levou também à redução do montante de transações", diz.

Em 2023, os volumes médios diários atingiram o nível de 407 milhões de euros, o que contrasta com 597 milhões em 2022, "já por si um valor baixo em relação ao histórico dos últimos anos". No que diz respeito às transações de BT em mercado secundário, as transações médias diárias diminuíram, de 218 milhões em 2022 para 118 milhões em 2023. Nas plataformas, a tendência foi igualmente de descida das transações, com o volume médio diário a diminuir de 134 milhões em 2022, para 82 milhões de euros em 2023.

A maturidade média da dívida de médio e longo prazo emitida em 2023 situou-se em 15,6 anos, superior ao registado em 2022 (que tinha sido de 11,3 anos), fazendo subir o "stock" para 7,7 anos em outubro. ■

A interação com investidores ao longo de 2023 evidenciou a confiança mantida na dívida portuguesa, nomeadamente face ao comportamento favorável e consistente dos dados macroeconómicos e orçamentais.

A redução do programa de OT (como contrapartida do aumento dos CA) e, em consequência, menos emissões de OT, levou também à redução do montante de transações.

RELATÓRIO ANUAL
IGCP

Juros dos bancos centrais dão perdas às aplicações financeiras do Estado

A carteira de derivados do Estado obteve um resultado líquido negativo em 81,4 milhões de euros em 2023. O IGCP atribui as perdas às políticas monetárias restritivas e subida de taxas.

O Estado perdeu dinheiro, no ano passado, com a carteira de derivados devido ao impacto da rápida subida de taxas de juro nas aplicações financeiras. As operações de derivados executadas em 2023 tiveram como principais objetivos "assegurar a cobertura do risco de taxa de juro da carteira e a cobertura cambial das emissões de dívida em USD [dólares norte-americanos]", segundo explica a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, no seu relatório anual.

As transações executadas envolveram a constituição de posições em "swaps" pagadores de taxa fixa a 10 anos, inserindo-se na estratégia de cobertura do custo das emissões de obrigações do Tesouro (OT) efetuadas ao abrigo do plano de financiamento, e da substituição de posições existentes em "swaps" de taxa de juro e câmbio por "swaps" cambiais.

"A carteira de derivados do Estado obteve um resultado líquido de EUR -81,4 milhões em 2023, num ano que ficou marcado pela implementação de políticas monetárias restritivas e que resultaram em subidas acentuadas das taxas de curto prazo", de acordo com a agência.

Até ao verão do ano passado, tanto a Reserva Federal norte-americana (Fed) como o Banco Central Europeu (BCE) subiram os seus juros de referência para travar a inflação. No entanto, no quarto trimestre assistiu-se a um movimento acentuado de descida das "yields" nas economias da Zona Euro e EUA, com o BCE e a Fed a expressarem diferentes intenções no que se refere à possibilidade de inversão do ciclo da política monetária.

A autoridade europeia continuou a rejeitar a possibilidade de reduzir as taxas de juro a curto prazo enquanto a congénere norte-americana admitiu o debate sobre corte de juros.

"Neste contexto, a descida das taxas de juro de longo prazo teve um impacto negativo nos derivados de taxa de juro (-43,6 milhões de euros). Por sua vez, os derivados de taxa de câmbio apresentaram um resultado líquido negativo (-37,8 milhões de euros) devido à valorização do euro face ao dólar, justificada pela divergência na postura dos bancos centrais", refere ainda o IGCP.

A par desta carteira, a agência liderada por Miguel Martín é ainda responsável pelo acompanhamento da carteira de derivados das entidades do setor público empresarial. "Considerando que as EPR [Empresas Públicas Reclassificada] estão impedidas de obter financiamento em mercado, não têm sido contratados novos instrumentos financeiros derivados de cobertura de risco", refere.

Em maio de 2023, o IGCP terminou antecipadamente os dois derivados financeiros detidos pelo Metro do Porto, "cristalizando o valor de mercado positivo destes instrumentos". No final do ano permaneciam vivos quatro instrumentos na carteira do Metropolitano de Lisboa, com um valor de mercado de -5,2 milhões de euros e um valor contratual de 260 milhões de euros. ■ LMF

As posições em "swaps" com taxa fixa a 10 anos servem para cobrir o risco na emissão de OT.

festival da saudade

FÁTIMA

15 AGOSTO

MICKAEL CARREIRA

16 AGOSTO

NA COMPRA DE 4 BILHETES PAGA SÓ 3

SAIBA MAIS

COMPRE JÁ O SEU BILHETE
BILHETES DISPONÍVEIS EM BLUETICKET.MEO.PT
E LOCAIS HABITUAIS (LOJAS MEO, FNAC, WORTEN E EL CORTE INGLÉS)
(SEM CUSTOS ADICIONAIS)

MEDIA PARTNERS
RÁDIO AMÁLIA
RÁDIO FESTIVAL

BILHETEIRA OFICIAL

BLUETICKET.MEO.PT

Cow-Water: como a Lactogal melhora a eficiência hídrica aumentando a circularidade da água

A Lactogal restituiu ao meio hídrico 97% da água que utiliza nas fábricas de Modivas e Oliveira de Azeméis, através do projeto inovador Cow-Water.

Recuperar grande parte da água gerada em processos industriais. Esta é a base do projeto inovador Cow-Water, da Lactogal, implementado na fábrica de Oliveira de Azeméis da maior empresa agro-alimentar do setor.

Por causa desta inovação científica desenvolvida internamente, a Lactogal restituiu ao meio hídrico 104% da água que utilizou no fabrico dos produtos lácteos em Oliveira de Azeméis em 2023. No ano passado, o Cow-Water recuperou mais de 140 mil m3 de água, que permitiram reduzir em 18% a utilização do recurso natural água, na unidade de Oliveira de Azeméis.

Há já vários anos que a empresa regista consumos específicos de água por litro de leite processado bastante melhores que os standards do setor.

Gestão eficiente da água

Como a água é um bem raro e precioso, a Lactogal, consciente da responsabilidade que tem com o meio ambiente e com a comunidade, trabalha a gestão da pegada hídrica com especial atenção.

O projeto Cow-Water foi desenvolvido precisamente porque a fábrica de Oliveira de Azeméis, onde a empresa produz leite pasteurizado, manteiga, iogurtes e queijo, debatia-se há vários anos com escassez de água, em particular nos períodos de Verão, com impactos pontuais na atividade industrial.

Ao fazer uso de um profundo conhecimento dos seus processos industriais e da cooperação que tem com um parceiro, a Lactogal desenvolveu um sistema que permite fazer a recuperação de um volume elevado da água que utiliza.

Como tudo se transforma

O projeto Cow-Water permite à empresa agro-alimentar recuperar uma parte significativa da água que é "gerada" nalguns processos industriais, assegurando a circularidade da mesma.

No fabrico de queijo, é gerado um sub-produto, o lactosoro, que a Lactogal concentra, por um processo de filtração e, depois, transforma em pó, na torre de secagem, originando um volume grande de água.

Também na produção de leite em pó, é gerado um elevado volume de água, no processo de evaporação e secagem.

NOVO PROJETO COW-WATER EM MODIVAS

Porque as boas práticas, devem ser valorizadas e replicadas, a Lactogal tem já em desenvolvimento a instalação de um projeto Cow-Water idêntico ao de Oliveira de Azeméis mas na unidade fabril de Modivas (Vila do Conde). Ali entrará em funcionamento, ainda este ano, uma nova torre de secagem. Em breve haverá mais resultados positivos a reportar deste contributo na redução da pegada hídrica da atividade industrial da Lactogal.

Água recuperada passa por vários tratamentos biológicos e físicos

Essa água é recuperada e passa por vários tratamentos biológicos e físicos que lhe conferem uma qualidade próxima da água "farmacêutica", o que permite a sua incorporação em vários pontos de consumo da unidade industrial de Oliveira de Azeméis.

Hoje, o projeto Cow Water tem capacidade para gerar mais de 600m³ de água por dia, dando solução à escassez de água nos anos de maior pressão hídrica e permitindo, ainda dar destino aos fluxos provenientes da concentração e evaporação de leite e soro.

140.000

No ano passado, o Cow-Water recuperou mais de 140 mil m3 de água na fábrica de Oliveira de Azeméis da Lactogal.

18

A água recuperada pela unidade de Oliveira de Azeméis em 2023 permitiu reduzir em 18% a utilização deste recurso natural nos processos industriais.

600

Atualmente, o projeto Cow-Water tem capacidade para gerar mais de 600 m³ de água por dia na unidade de Oliveira de Azeméis.

OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO

CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Os processos dão cabo da Justiça

O Ministério Público contabiliza vantagens de 18 mil milhões de euros no caso que envolveu a falência do Banco Espírito Santo e do seu universo. São sete processos onde são imputados um total de 671 crimes. Ricardo Salgado vai responder (?) por 119 crimes, dos quais dois se referem a associação criminosa.

O BES foi ao charco em julho de 2014. Estamos em agosto do ano da graça de 2024. Pergunta: como é que é possível terem passado 10 anos sobre crimes desta gravidade sem julgamento? A resposta não pode ser a complexidade dos processos. Em todo o mundo há casos de falências de bancos (e outras empresas) ainda mais complexos e em muito menos tempo os culpados vão parar à prisão.

E não é preciso sequer recorrer aos EUA onde processos de grande complexidade são resolvidos em escassos dois ou três anos. O que leva a perguntar o que está errado na Justiça portuguesa (e está, apesar das proclamações em contrário dos "stakeholders" do setor, com destaque para o Ministério Público...).

Vejamos: os magistrados portugueses são inferiores aos de outros países? Os procuradores são menos capacitados? Não. Alguma coisa está mal no processo (penal) e, provavelmente, na estratégia (o hábito de optar pelos chamados megaprocessos). Há alguém ligado ao sistema que não saiba disto? Não! Sabem advogados (a quem dá jeito os alçapões do processo penal para atrasar os processos), sabe o MP, sabem os juízes e sabem muitos políticos com formação jurídica.

É possível mudar isto? É. Mas só quando os partidos decidirem mudar o processo penal, fazendo orelhas moucas aos lóbis do setor... e por maioria de 2/3. Até lá vamos continuar a assistir a telenovelas de classe C na Justiça. ■

O QUINTO CADERNO

FRANCISCO MOTA FERREIRA
Ex-jornalista de política. Escritor e consultor de comunicação.
francisco.mota.ferreira@gmail.com

O sonho do frentismo de esquerda (III) – de Durão Barroso a José Sócrates

A vitória de Durão Barroso, nas eleições legislativas de 2002, voltou a adiar o sonho do frentismo de esquerda. Ferro Rodrigues, herdeiro do sampaísmo e companheiro deste no MES (Movimento de Esquerda Socialista), não ganhou por pouco as eleições (40,2% para o PSD vs 37,7% para o PS). Se o tivesse feito, seriam poucos os que não acreditariam que o PS esboçaria um qualquer entendimento à sua esquerda para uma maioria absoluta. Quanto mais não fosse parlamentar. No final de contas, Ferro Rodrigues reclamava-se herdeiro político de Jorge Sampaio que, como vimos na semana passada, tinha o mérito improvável de ter conseguido juntar PS e a extrema-esquerda em Lisboa.

Mas a História é o que é, e, com mérito ou sem ele, a direita ganhou por um triz. Durão Barroso, que partiu para a campanha com a certeza de uma maioria absoluta, tem o balde água fria de ser quase derrotado pelo PS. E a campanha eleitoral foi de tal forma desastrosa que, mais duas semanas, e o país teria acordado pintado de rosa.

Em política o que hoje é amanhã pode não ser e o PSD e Durão Barroso veem-se obrigados a desdizer o que tinham dito e a ir buscar o CDS, de Paulo Portas, para o Governo. Tudo parecia indicar que seria um Governo para quatro anos, não tivesse havido a oportunidade e a tentação de um caminho europeu. Durão Barroso interrompe o mandato como PM para ir para a Comissão Europeia, mas, entretanto, assegura que o PR Jorge Sampaio reconduz o seu número dois no PSD, Pedro Santana Lopes, como chefe do Executivo, sem que existam eleições. E o país entra em turbilhão.

O frentismo da esquerda tem aqui e agora uma voz e uma causa: impedir o conhecido "enfant terrible" do PSD de ocupar a cadeira de São Bento. A contestação está na rua, com manifestações, opiniões, jornais e comentadores ao rubro, a tentarem que o Chefe de Estado não legitime a "solução Santana". Sampaio podia ser um homem de esquerda, mas era, também e acima de tudo, um institucionalista. E um constitucionalista também. E nada havia na Lei Fundamental que o impedisse de nomear aquela que era a escolha do PSD (e do CDS) para primeiro-ministro.

> O frentismo da esquerda tem aqui e agora uma voz e uma causa: impedir o conhecido "enfant terrible" do PSD de ocupar a cadeira de São Bento.

Foram meses de loucura, animação e aventura. Aos olhos do passado recente, nomeadamente, tendo em perspetiva o último Governo de António Costa, o Executivo de Santana Lopes não terá sido, afinal, o papão que na altura a esquerda (e alguma direita também) o definia. O XVI Governo Constitucional tinha uma boa equipa, bons ministros, mas o seu PM punha-se a jeito. O desespero de Sampaio e o entusiasmo de uma Comunicação Social, que não deixava passar uma oportunidade para expor as supostas fragilidades de um Governo que, aos olhos do povo, não estava legitimado por eleições, fizeram o resto.

Entre 2004 e 2005, a esquerda fez a festa, lançou os foguetes e apanhou as canas. E foi, por isso, quase sem grandes surpresas, que José Sócrates ganha as eleições em 2005 com maioria absoluta a um agastado Pedro Santana Lopes. A direita ia para o divã e o país virava à esquerda.

Quatro anos mais tarde, os socialistas vencem, mas enfrentam as primeiras dificuldades, acossados que estão à sua esquerda, pelo PCP e pelo BE, mas também à sua direita, pelo PSD e o CDS/PP.

Os anos de Sócrates não são fáceis para o frentismo da esquerda (e, em rigor, também não o são para o PSD, que, após Pedro Santana Lopes, entra no corrupio de lideranças partidárias – Luís Marques Mendes, Luís Filipe Menezes, Manuela Ferreira Leite – que só iria ter alguma estabilidade com Pedro Passos Coelho, em 2010).

E, como a História também acabaria por demonstrar, também não foram tempos fáceis para Portugal e os portugueses, que se viram confrontados com a iminência de uma nova bancarrota e com um horizonte bastante negro em termos políticos, económicos e sociais.

Porque há uma clara ligação entre o fim do Governo de José Sócrates, os anos da liderança do Executivo de Pedro Passos Coelho (2011 – 2015) e a criação do frentismo de esquerda pós-2015, opto por deixar os últimos anos para os próximos artigos, onde espero concluir os caminhos deste sonho em Portugal que, como temos visto nas últimas semanas, tem atravessado políticos, governos e gerações. ■

Coluna semanal à quarta-feira

DEANS' CORNER
Os grandes temas da atualidade nacional e internacional e as tendências da gestão analisadas pelos diretores das principais Escolas de Negócios portuguesas. Escrevem Filipe Santos, João Duque, João Pinto, José Crespo de Carvalho, José Esteves, Maria de Fátima Carioca e Pedro Oliveira.

PEDRO OLIVEIRA
Dean da Nova School of Business and Economics

Qual é o seu índice de maturidade para a inteligência artificial?

Realizou-se, a 5 e 6 de Agosto, a 21.ª conferência da Open and User Innovation Society (OUI), uma sociedade científica fundada por Eric von Hippel, um prestigiado professor do MIT que é considerado o "pai" da inovação aberta e de utilizador. A OUI estuda a inovação dos utilizadores e fomenta a colaboração entre diferentes disciplinas, promovendo práticas de inovação colaborativas.

A edição deste ano teve um enfoque particular na inteligência artificial (IA) e no impacto que esta está a ter nos processos de inovação, bem como na velocidade e eficácia com que esses processos se desenvolvem e como isso está a mudar a forma como os utilizadores e as organizações inovam e se transformam.

Um estudo apresentado por Jackie Lane e Karim Lakhani, ambos professores da Harvard Business School, entre outros coautores, onde é analisada a resolução de problemas através de parcerias entre humanos e IA, comparando essas soluções com aquelas obtidas apenas pelo homem. Os autores lançaram um desafio de "crowdsourcing" focado em ideias de negócios sustentáveis para a economia circular, comparando as soluções geradas apenas por humanos e aquelas que resultam de esforços colaborativos entre humanos e IA. O desafio atraiu 125 voluntários de várias indústrias que utilizaram "engenharia de 'prompts'" para gerar as soluções colaborativas humano-IA. Os resultados deste estudo serão publicados numa prestigiada revista académica, a Organization Science, e indicam que, embora as soluções geradas apenas por humanos tenham apresentado maior novidade (tanto em termos médios quanto em relação a resultados muito inovadores), as soluções humano-IA demonstraram superior viabilidade estratégica, valor financeiro e ambiental, bem como qualidade geral, confirmando a IA como uma poderosa ferramenta que permite maximizar o potencial humano.

> A OUI estuda a inovação dos utilizadores e fomenta a colaboração entre diferentes disciplinas, promovendo práticas de inovação colaborativas. IA.

Num outro projeto, John Winsor, autor de Open Talent e colunista na Forbes, defendeu a importância de os indivíduos se prepararem para a IA, tendo partilhado os esforços em curso com coautores para desenvolverem um "Índice de Maturidade em IA", para o qual, aliás, convidou todos os interessados a participarem.

Ao participar, qualquer pessoa (incluindo os leitores deste artigo) terão acesso a pontuação personalizada do Índice de Maturidade da IA que será divulgado já em setembro, oferecendo a qualquer utilizador uma referência para comparar a sua posição com seus pares em todo o mundo. Informação adicional está disponível em https://ai-mentor.space/assessment-chats/0qHMihf0dV1zGZRV.

Estes são apenas dois exemplos de projetos de investigação muito relevantes que foram apresentados na conferência deste ano, numa edição que teve para mim um significado especial. De facto, embora participe nestas conferências desde 2009, fui eleito presidente da OUI Society e herdei do Prof. von Hippel a missão de liderar a OUI Society e impulsionar seu crescimento. Em consequência, em 2025 a conferência regressará a Portugal e será realizada na Nova School of Business and Economics, nos dias 21 e 22 de julho. De facto, a Nova SBE, e em particular o seu Centro de Conhecimento em Inovação Aberta e de Utilizador, tem vindo a afirmar-se como um hub global que a presidência da OUI irá consolidar.

A OUI organiza, desde 2003, conferências anuais, tendo a deste ano decorrido na Harvard Business School, marcando a 8.ª vez que a conferência foi realizada em Boston: cinco vezes em Harvard e três no MIT. As edições anteriores aconteceram em Viena (duas vezes), Hamburgo (duas vezes), Nova Iorque, Aachen, Zurique, Munique, Copenhaga, Innsbruck, Brighton, Utrecht e em Lisboa (em 2015 na Fundação Gulbenkian). ■

negocios

Conselho de Administração **Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.** • Principal acionista **Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%).** • Diretora: **Diana Ramos** Diretor adjunto: **Celso Filipe** • Sede: Redação, Administração e Publicidade **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** • Redação: tel. **210 494 000** e-mail **info@negocios.pt** Publicidade: tel. **210 494 076** e-mail **publicidade@medialivre.pt** • Assinaturas: tel. **210 494 999 (das 9h às 18h)** ou através do e-mail **assine@medialivre.pt** • Delegação Porto **Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto** tel. **225 322 342** • e-mail **negocios-porto@negocios.pt** • Internet **www.negocios.pt** • Propriedade/Editora: **Medialivre, S.A.** • Sede **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** Capital Social **22 523 420,40€** • Contribuinte **502 801 034** • C.R.C de Lisboa **502 801 034** • Impressão **EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro.** ISSN: **0874-1360** • Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**

QUARTA-FEIRA | 14 AGO 2024

MELHOR NA CATEGORIA IMPRENSA DE ECONOMIA

...medialivre

Nº ERC: **121571** • Depósito Legal: **120966/98**
Tiragem média de julho de 2024: **4.173 exemplares**

SA LUÍS AFONSO

BREVES

VENEZUELA

GOVERNO EXIGE LIBERTAÇÃO

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, reiterou a "condenação liminar da perseguição da Oposição" na Venezuela, após as últimas e contestadas eleições presidenciais, defendendo a "obrigação de libertar luso-venezuelanos detidos". ■

FRANÇA

ATTAL PROPÕE "PACTO DE AÇÃO"

O primeiro-ministro interino francês, Gabriel Attal, propôs à maioria dos grupos políticos da Assembleia Nacional "um pacto de ação para os franceses", com vista a estabelecer "compromissos legislativos" no interesse comum, foi ontem divulgado. ■

SPACEX

PRIMEIRA MISSÃO AINDA ESTE ANO

A primeira missão espacial tripulada que sobrevoará as regiões polares da Terra irá descolar dos EUA até ao final do ano, a bordo de uma nave Dragon da SpaceX, anunciou a empresa aeroespacial. A missão, que partirá da Florida, terá a duração de três a cinco dias. ■

HOTÉIS

Pestana e Vila Galé nos 130 maiores grupos mundiais

Tiago de Paula Carvalho

O grupo Vila Galé encontra-se no 122.º lugar do "ranking" mundial de maiores grupos hoteleiros.

Os dois maiores grupos hoteleiros portugueses, o grupo Pestana e o Vila Galé, estão entre os 130 maiores do mundo, de acordo com um "ranking" referente ao ano passado da publicação norte-americana Hotels Magazine, que avalia os maiores hotéis com base no número de quartos operacionais até ao final de 2023.

O grupo Pestana, sediado na Madeira, é o primeiro português na lista, encontrando-se à porta do top 100, na posição 105. O grupo liderado José Theotónio conta com 12.006 quartos e 108 hotéis, espalhados por 16 países.

Já o Vila Galé aparece na posição 122, mantendo-se no mesmo lugar do ano passado, e conta com 9.429 quartos em 42 hotéis. Face aos valores do ano passado, que estão disponíveis no mesmo documento, ao contrário do Pestana – que se estreia na lista, por falta de dados em 2022 –, foi registado um aumento de 934 quartos e cinco estabelecimentos hoteleiros.

O madeirense Pestana conta com mais hotéis do que o Vila Galé, mas este número inclui também pousadas, normalmente de menor dimensão. *

No pódio estão os maiores grupos mundiais, encabeçados pelo Marriott, com 1,56 milhões de quartos e 8.566 hotéis, seguido pela chinesa Jin Jiang International com 1,34 milhões de quartos e 13.250 hotéis. O Hilton figura em terceiro, com 1,18 milhões de quartos e 7.530 hotéis.

A publicação destaca que "entre o top 10 não há grandes mudanças ou surpresas" e que o Marriott, que registou um crescimento de 69.496 no número de quartos, continua atrás da Jin Jiang por 4.684 hotéis. ■

DIOGO MENDO FERNANDES

ELEVADOR

Diana Ramos
dianaramos@negocios.pt

CARMINHO
Fadista

Carminho é um fenómeno de popularidade e tem feito um trabalho extraordinário de divulgação da música portuguesa e do fado pelo mundo. Primeiro, alcançou notoriedade em Hollywood ao interpretar o tema "O Quarto" para Emma Stone, Taylor Swift e Mark Ruffalo, na antestreia do filme "Pobres Criatura. Agora, surge na lista de músicas ouvidas pelo ex-Presidente dos EUA Barack Obama. ■

ELON MUSK
Dono da rede social X

Enquanto dono de uma das redes sociais com maior alcance no mundo, Elon Musk sabe que tem responsabilidades acrescidas no que toca à informação, sobretudo numa era de polarização e extremismo. E ignora-o em absoluto. Tem usado esta arma para condicionar o debate público e político. Agora, numa suposta entrevista naquela rede social, deu a Trump palco para falar sem filtro ou contraditório e espalhar a inverdade. ■